

FRANCISCA MARIA NETA

CAMINHOS DA LIBERDADE

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS QUILOMBOLAS DA
TABACARIA (PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL)**

RECIFE, 2020

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – **UNICAP**
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

FRANCISCA MARIA NETA

**CAMINHOS DA LIBERDADE
HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS QUILOMBOLAS DA TABACARIA
(PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL)**

RECIFE, 2020

FRANCISCA MARIA NETA

**CAMINHOS DA LIBERDADE:
história e memória dos quilombolas da Tabacaria
(Palmeira dos Índios/AL)**

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado Profissional em História do Programa de Pós-Graduação em História da UNICAP.

Orientador: Prof. Dr. Flavio José Gomes Cabral

RECIFE, 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

M333c Maria Neta, Francisca
Caminhos da liberdade: história e memória dos quilombolas da Tabacaria (Palmeira dos Índios/AL) / Francisca Maria Neta, 2020. 107 f. : il.

Orientador: Flavio José Gomes Cabral
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2020.

1. Quilombolas - Alagoas. 2. Alagoas – História. 3. Memória coletiva. I. Título.

CDU 981.35

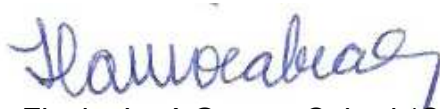
Luciana Vidal – CRB-4/1338

TERMO DE APROVAÇÃO

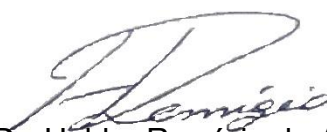
**CAMINHOS DA LIBERDADE:
história e memória dos quilombolas da Tabacaria
(Palmeira dos Índios/AL)**

FRANCISCA MARIA NETA

Dissertação apresentada em 10 de julho de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **aprovado**.



Prof. Dr. Flavio José Gomes Cabral (Orientador)
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP



Prof. Dr. Hélder Remígio de Amorim
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP



Prof. Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara
Universidade de Pernambuco - UPE

Dedico aos meus ancestrais de matriz afro-brasileira,
em especial à Faustina, minha bisavó negra, escravizada e alforriada.

À minha mãe Maria Joana, mesmo sem saber ler e escrever, desde meu primeiro dia no jardim da infância, me fez entender que esse era um caminho sem volta. Mamãe, a “senhora” foi fundamental para meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu pai Antônio Abílio, que na condição de analfabeto, porém, de uma sabedoria imensurável, ficaria imensamente orgulhoso de mim. Papai, solicite aos anjos que preparem uma linda festa, pois sua filha agora será uma professora/mestra.

Sei que do andar de cima vocês estão cuidando de mim. Todas as minhas conquistas são suas também:

Amo vocês infinitamente!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de gratidão e de reconhecimento da importância do dar, receber e retribuir! Gratidão aqueles que, direta ou indiretamente, marcaram presença na realização de uma empreitada. Digo, portanto, que tenho muito a agradecer, pois sozinha não conseguiria chegar a lugar algum.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas aos que não foram citados. Não porque sejam menos importantes, talvez por esquecimento ou por ato falho. Tenho convicção de que todos que cruzaram meus caminhos deixaram uma gota de contribuição, mesmo não intencionalmente.

As escolhas que fiz e deixei de fazer na minha vida profissional me enveredaram por diferentes janelas para alcançar o conhecimento humano. Muitas vezes suntuosas, outras saborosas, algumas indispensáveis. Mas sempre me encaminhando para a certeza que sou uma aprendiz insaciável.

Quero registrar o meu apreço pelas instituições de ensino, que têm sido atacadas na história recente do Brasil. As instituições educacionais assumiram e assumem papéis fundamentais para a formação intelectual dos indivíduos. Eu, particularmente, sou parte delas: tanto como educanda quanto como educadora.

Fui aluna de escola pública quase toda minha vida acadêmica. Mas também, minha vivência em instituições de iniciativa privada foi bastante satisfatória. Portanto, cabe nesse momento, agradecer as instituições educacionais por onde passei. Como dizia na época: Jardim da Infância, Primário, Ginásio, Científico e Magistério e, Universidades. Como é bom estar nesses espaços de saberes!

À Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, tenho todo apreço, dedicação e respeito. São 15 anos completados no último 01 de abril; parece mentira, mas não é. Com a UNEAL tenho caminhado a passos curtos, construindo cada degrau com pedras pequenas. Como costumamos dizer: tiramos leite de pedra. Agradeço infinitamente cada apoio dos professores, alunos, técnico e contratados, especialmente aos professores Jairo Campos, Ana Cristina Moreira, Kleber Costa, Cristiano Cezar, Luziano Mendes, Edson Bezerra, Rosa de Lima, Nalfran Benvinda. Como servidora do povo alagoano, agradeço a cada agricultor(a), doméstico(a), sem terras, sem tetos. Tenho o dever de educar seus filhos!

No processo de aprendizagem, confesso minha relação afetiva com a Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP quando a convite de um colega de

trabalho tive a oportunidade de cursar uma disciplina no Programa de Pós Graduação de Ciências da Religião. Agradeço o carinho de todos, principalmente aos professores: Newton Cabral, Zuleica Dantas e, em especial, Luiz Carlos.

Foi na disciplina do professor Luiz Carlos que soube da existência do Mestrado Profissional em História. Através de uma resenha encaminhada pelo citado professor à revista de história aonde conheci o professor Tiago Cesar. Então tive a certeza que cheguei no lugar mais acertado da minha formação acadêmica. Não tenho palavras para agradecer ao Programa de Pós Graduação em História – PPGH. Todos que integram o quadro profissional são incríveis: professores, funcionários e alunos. Quero agradecer a receptividade, o carinho e o respeito de cada um de vocês.

Especialmente, agradeço ao meu orientador, Professor Flavio Cabral, pela confiança e liberdade durante minha escrita. Saiba que sua forma amorosa de orientação estimula o processo criativo na elaboração de pesquisa e da escrita. Me espelho muito na sua forma de se relacionar com seus alunos e orientandos. Penso eu, quantos Flavio(s) precisamos para desconstruir o ambiente acadêmico com tanta austeridade e vaidade? Obrigada, meu eterno Orientador!

Aos meus colegas do Mestrado em História da UNICAP, agradeço pela partilha de conhecimento. Com vocês reaprendi a ser aluna, a trocar experiência e histórias de vida. Quero registrar minha gratidão a Renata, Eliza, Braz, Emerson, Rejane e, de forma carinhosa, Kleiton e a você Axel (sinto-me lisonjeada pelo “novinha, rica e inteligente”). Mas, principalmente, quero expressar o meu amor maior a Karla e Jairo: vocês foram meus parceiros em todos os momentos e causas: sou orgulhosamente feliz por poder dizer que vocês são meus amigos. Aquele abraço!

Quero registrar um agradecimento especial ao Professor Tiago Cesar. Pois além de conduzir a coordenação da Pós Graduação em História com habilidade, sabedoria e eficiência tem um imenso coração que nos faz sentir acolhidos. Tenho todo respeito, consideração e admiração pelo profissional, historiador e ser humano que és. Sua postura profissional me encanta. Parabéns Professor!

Ao professor Helder Remígio, o que posso dizer? Um historiador invejável, cauteloso, educado e, acima de tudo, compreensível. Aprendi muito nas suas aulas, nas suas indicações de livros, nas referências metodológicas. Sua participação no

exame de qualificação e na defesa de dissertação foi um presente. Tenho muito respeito e carinho por você. Agradeço cada contribuição: o meu muito obrigada!

Na composição da banca tive a felicidade de conhecer o professor Bruno Dornelas de UPE/Garanhuns. Um professor conhecedor do objeto de estudo e da temática que propus estudar. Suas observações na qualificação, os livros emprestados, além de uma lista de indicações bibliográficas foram por demais oportunas. Depois dessa empreitada, quero estabelecer uma parceria entre UNEAL e UPE, que tal?

Ao querido Fernando Aguiar, professor da Universidade Federal de Sergipe - UFS, sempre receptivo às minhas solicitações, colaborando com o meu crescimento intelectual: abrindo janelas de saberes. Gratidão infinita! Agradeço também a professora Rosário, a quem tive a satisfação de apreciar em palestras, eventos e rodas de conversas, aonde confirmei a riqueza do seu conhecimento, serenidade e generosidade. Agradeço por terem aceitado compor a minha banca como suplentes.

Acerca do Produto em forma de Documentário, tenho muito a agradecer. Quero agradecer aos meus amigos cineastas Pedro da Rocha e Vera Oliveira: vocês não mediram esforços para comprovar que meus sonhos podem se tornar realidade. Estendo minha gratidão a toda equipe de produção: Jorge, Anselmo, Junior e a você, Fofinho (vou pensar no seu pedido de casamento kkkk). Nossa parceria, através da sensibilidade, subjetividade e afetos tornaram nosso trabalho de grande qualidade cinematográfica. Quanta generosidade!

Sem o apoio financeiro da UNEAL para a produção do documentário, nas pessoas do Reitor Odilon Máximo e o Vice-Reitor Anderson Barros não seria possível. Agradeço pelo reconhecimento da minha dedicação ao ensino, pesquisa e extensão. Espero que este estudo seja multiplicador para o maior conhecimento sobre as expressões socioculturais em Alagoas, servindo como subsídio didático nas escolas de Educação Básica e para todo povo alagoano. Esta é nossa missão!

Agradeço ao Curso de História do Campus III da UNEAL: professores, orientandos e alunos pela compreensão na minha ausência em alguns momentos. Especificamente, agradeço aos membros do Grupo de Estudos do Patrimônio, Imagem e Memória - GEPIIM coordenado por mim: além de alunos vocês são meus filhos da UNEAL, em especial, Denise, Aline, Luana, Yuri, Deisy, Mary Hellen, Miriam, Aauto, Pedro Samyr, Estefani, Vinícius... Amo vocês!

À minha amiga e parceira Denize dos Santos agradeço por todas nossas parcerias em cartografia histórica, coordenação de cursos, eventos, simpósios... Sua contribuição na elaboração dos Mapas enriqueceu imensamente a qualidade analítica do meu estudo. Obrigada também, pelas vezes que subimos a Serra da Tabacaria no seu carro. Você é maravilhosa!

E você José Adelson? Parceiro de pesquisa, de PIBID, de eventos, de angústias, de apereios, de alegrias, de desesperos, mas centelhas da esperança estamos fazendo muitas histórias. Estamos nós juntos, entre batalhas e conquistas, construindo um mundo de esperança para nossos meninos. Quem disse que seria fácil? Seu incentivo nesse estudo, desde a elaboração do projeto foi fundamental. Estendo o agradecimento a sua família por cada ajuda, cada acolhida (Geiza, Eloise, Túlio e, ainda, Neide). Muito grata!

Aos meus amigos do grupo de carona. Vocês além de serem amigos, são também colegas de trabalho. No traslado do “Vale de Lágrimas” à Recife muitas histórias secretas, mas, não deixando de fora, o debate acadêmico, intelectual, literário e filosófico. Quanta aprendizagem! Quantas trocas de saberes! Agradeço a cada um de vocês: Milton, Josin, Dainne, Isabelle e Amanda. Agradeço em especial a Moisés pelo amor, afeto e, ainda, pela tradução do resumo e correção ortográfica da dissertação que cuidadosamente irá fazer, mas só ficará sabendo depois da defesa (risos).

A minhas amigas, agradeço por compreenderem as minhas ausências e torcerem pela realização do meu estudo, especialmente Conceição, Janaina, Verônica, Eliane. A você Darlene, minha sobrinha e amiga, agradeço pelas brigas, apoio (financeiro e afetivo), incentivos, preocupações: o que seria de mim sem você? Muito obrigada; vocês são minha família do coração!

Agradeço aos amigos que fiz na minha caminhada de professora e pesquisadora: Nara Salles, Mary Selma, Fátima Guimarães, Francisca Vasconcelos, Edson Silva, Penha Silva, Elaine Santos, Karina Melo, Urânia Maia, Gisely Martins, Iraci Nobre e tantos outros. Aprendi com vocês a ser uma pesquisadora ética, perseverante e comprometida com a educação. Como vocês são importantes para mim!

Perdão, mas não posso deixar de dizer! Como ser humana preciso conectar minha matéria ao meu espírito. Portanto, agradeço ao meu Vizinho pelos excelentes momentos de relaxamentos, eles foram inspiradores para a execução deste estudo.

Agradeço aos representantes das instituições que pesquisei: Fundação Cultural Palmares (Elcias e Balbino) e INCRA (Elias). Agradeço ainda, a Bernadete Lopes e Zezito Araújo que representaram instituições governamentais no processo de reconhecimento da comunidade quilombola Tabacaria e me concederam entrevistas. *In memoriam*, agradeço de forma carinhosa ao historiador, memorialista e estudioso da temática quilombola Dirceu Lindoso. Tive o privilégio de ter sido recebida em seu lar! Ao lado da sua esposa Ismélia, degustamos saberes!

Por fim e com maior importância, quero agradecer ao povo quilombola da Tabacaria por ter aberto suas portas, seus corações e suas vidas para minha pesquisa. Quero humildemente agradecer pela solidariedade, amizade, afeto e, principalmente, confiança na profissional que sou. Espero, de alguma forma, poder retribuir a cada um de vocês um pouquinho do que vocês me ensinaram. Agradeço a Elson, Seu Mauro, Dona Alaíde e Seu Aloisio. Um agradecimento especial a Seu Gerson e Dona Dominícia – os eternos namorados!

Espero que a luta do povo quilombola se traduza na conquista da liberdade e de melhores condições de vida para todos os que vivenciam ou sofrem com a desigualdade social.

Que as veredas se transformem em caminhos de Liberdade!

“Vale de Lágrimas”, idos de julho de 2020.

“Nunca tinha ouvido falar em quilombola, mas veio uma doutora dizer que sou quilombola, que descendemos de Zumbi dos Palmares e que temos direito a um pedaço de terra. Daí começou toda a explicação de nosso direito, e a gente começou a entender isso. Hoje temos um pedaço de terra e tamo na boca do céu.”
(Quilombola Gerson Paulino dos Santos, 2013)

RESUMO

A partir do final da segunda metade do Século XX, com o advento do processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, no Brasil, as comunidades remanescentes quilombolas iniciaram as reivindicações por reconhecimento étnico e pela posse de terras, condição que se estendeu ao município alagoano de Palmeira dos Índios, onde se localiza a Comunidade Remanescente de Quilombos, denominada Tabacaria, objeto desse estudo, cujo objetivo é pesquisar sobre a forma como a referida comunidade compreende o processo de territorialização ressignificado nas suas memórias e práticas identitárias. Para isso, amparamos nossa ação nos conceitos de memória coletiva e individual, apresentados por Joel Candau (2012) e Maurice Halbwachs (2006), patrimônio material e imaterial, ancorado nos pressupostos teóricos de Françoise Choay (2006), François Hartog (2015), sobre a discussão de território em Raffestin (1993) que instrumentalizaram a discussão sobre os povos afro-brasileiros apresentados por Dirceu Lindoso (2007), Alberti (2005) e Hebe Matos (2005). A metodologia foi ancorada em análise de fontes documentais: cartas, fotografias, mapas, jornais, documentos produzidos pelos órgãos institucionais para o reconhecimento da comunidade (INCRA e Fundação Culturais Palmares) e fontes orais: entrevistas, coleta de relatos e história de vida com idosos, lideranças da comunidade e representantes de órgão governamentais. A finalidade desta pesquisa centra-se em apresentar as práticas identitárias remetidas às memórias coletivas e individuais na ressignificação de um território vinculado à historicidade e ao pertencimento étnico dos quilombolas da Tabacaria. Neste sentido, além da elaboração da dissertação foi produzido um documentário (20 minutos) intitulado: “Tabacaria: identidade, memória e território”, em que os resultados da pesquisa são sintetizados e apresentados como instrumento pedagógico e de publicização para a comunidade acadêmica e sociedade.

Palavras-Chave: Identidades. Quilombos. Territórios.

ABSTRACT

Since the second half of the twentieth century with the advent of re-democratization and promulgation of the 1988 Constitution in Brazil, the remaining quilombola communities have started the claims for ethnic recognition and land possession. One of the regions within the country that this claiming situation has been present is the municipality of Palmeira dos Índios in the northeastern state of Alagoas, where the Remaining Community of Quilombos is located, so called Tabacaria, that is the object of this study, which purpose is to research how this community develops the process of territorialization re-signified through its identity and memory practices. In order to develop such research, we follow the concepts of collective and individual memory presented by Joel Candau (2012) and Maurice Halbwachs (2006), material and immaterial heritage, according to the theoretical assumptions of Françoise Choay (2006) and François Hartog (2015) based on the discussion concerning territory carried out by Raffestin (1993), who have been working in accordance to the discussion on Afro-Brazilian peoples presented by Dirceu Lindoso (2007), Alberti (2005) and Hebe Matos (2005). The methodology was based on analysis of documentary sources: letters, photographs, maps, newspapers, documents produced by the institutional bodies for the recognition of the community (INCRA and Fundação Cultural Palmares), and oral history resources: interviews, surveys, and reports of life experience by elderly members, community leaders and representatives from government agencies. The purpose of this work is to present identity practices related to collective and individual memories in the re-signification of a territory linked to the historical and ethnic legitimacy of the quilombolas from Tabacaria. In addition to the development of the dissertation, a documentary was produced (21 minutes long) entitled: "Tobacco shop: identities, memories and territories" in which the results from the research are synthesized and presented as a pedagogical and dissemination resource for the academic community and the society in general.

Keywords: Identity. Quilombos. Territories.

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Lenda da Fundação de Palmeira dos Índios – Luiz B. Torres, 1973.....	27
Foto 02: Bandeira de Palmeira dos Índios.....	28
Foto 03: Brasão de Palmeira dos Índios.....	28
Foto 04: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.....	32
Foto 05: Palmeira dos índios quer ter ferrovia.....	36
Foto 06: Estação de Trem de Palmeira dos Índios.....	37
Foto 07: Vista Panorâmica de Palmeira dos Índios/AL.....	40
Foto 08: Xangô em Palmeira dos Índios.....	41
Foto 09: Barragem da Aldeia Indígena Mata da Cafurna.....	42
Foto 10: Cristo Redentor na Serra do Goití.....	43
Foto 11: Casa Museu Graciliano Ramos.....	44
Foto 12: A presença Negra no Museu Xucurus.....	45
Foto 13: Reunião de trabalhadores rural.....	51
Foto 14: Vista panorâmica do território Tabacaria.....	53
Foto 15: Moradores da Tabacaria reunidos.....	55
Foto 16: Significado de ser quilombola.....	56
Foto 17: Casas de quilombolas não reconhecidos.....	58
Foto 18: Banda de Pífano.....	64
Foto 19: Dona Vicentina na luta pelo reconhecimento.....	65
Foto 20: Grupo de Reisado da comunidade Tabacaria.....	69
Foto 21: Dona Maria do Candomblé.....	70
Foto 22: O futuro das crianças quilombolas.....	73
Foto 23: Furna dos Negros.....	75
Foto 24: Assembleia de Regularização do Território - 2006.....	76
Foto 25: Barracos de lona.....	79
Foto 26: Casa de Taipa.....	80
Foto 27: Processo de Autoidentificação do Tabacaria.....	82
Foto 28: Certificado do Decreto de reconhecimento da Tabacaria.....	83
Foto 29: Título da posse da terra coletiva da Tabacaria.....	84
Foto 30: Casa de alvenaria com cisterna.....	85
Foto 31: O horizonte da liberdade.....	86

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Carta Corografica de 1893 do Estado de Alagoas	25
Mapa 02: Deslocamento dos Quilombolas da Serra da Barriga até a Comunidade Tabacaria.....	34
Mapa 03: Mesorregiões do Estado de Alagados.....	39
Mapa 04: Territórios Quilombolas no Estado de Alagoas - 2019.....	52
Mapa 05: Localização da Comunidade Tabacaria no Município de Palmeira dos Índios	59
Mapa 06: Elementos Itentários da Comunidade Tabacaria, Palmeira dos Índios/AL	87
Mapa 07: O Uso do Território Quilombola na Comunidade Tabacaria, Palmeira dos Índios/AL.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: População da Parochia de N. S. do Amparo da Palmeira dos Índios....	29
Quadro 02: Populações considerada em relação às Profissões Parochia de N. S. do Amparo da Palmeira dos Índios	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Uma proposta metodológica em construção.....	19
CAPITULO I - FORMAÇÃO TERRITORIAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS.....	24
1.1 O vale da promessa	26
1.2 O vale das incertezas.....	33
1.3 O vale de lágrimas	38
CAPITULO II - DISPUTAS DE MEMÓRIAS E CONFLITOS IDENTITÁRIOS.....	48
2.1 As marcas da escravidão	48
2.2 As memórias de um passado negado	53
2.3 A identidade coletiva na construção de um lugar social	62
CAPITULO III - RESISTÊNCIAS DOS QUILOMBOLAS DA TABACARIA	71
3.1 O processo de mobilização por reconhecimento	72
3.2 A conquista pela posse da terra	81
3.3 As políticas de proteção social	85
CONCLUSÃO: algumas considerações.....	92
REFERÊNCIAS	95
RELATÓRIO TÉCNICO – DOCUMENTÁRIO TABACARIA.....	104

INTRODUÇÃO: Uma proposta metodológica em construção

“Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam anil, ensaboam e torcem uma vez, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa, A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”
Graciliano Ramos (Entrevista concedida em 1948)

O estudo sobre os quilombos contemporâneos no Brasil é fundamental para compreender o processo de luta dos povos negros em busca da cidadania. O contexto social de suas lutas possibilita um entendimento mais amplo da historicidade do processo histórico do negro, em especial, da virada do século XX para o século XXI.

O propósito neste trabalho é fazer uma reflexão acerca dos remanescentes de quilombo do Povoado Tabacaria, situado na zona rural do município de Palmeira dos Índios/AL. Pretende-se compreender como as disputas de memórias e as construções identitárias são balizadas para o reconhecimento e conquistas territoriais dos povos herdeiros de escravizados que lutaram pela liberdade.

A partir dos debates da Constituinte e a efervescência política a agenda das minorias que a luta quilombola passa a ser incorporadas às demandas políticas públicas. As atuais comunidades remanescentes de quilombos no Brasil estão de norte a sul do país. A articulação política quilombola é identificada pela a luta por reconhecimento, cidadania, terras e políticas públicas.

As disputas pelas memórias de negros escravizados para o reconhecimento de direitos e reparação de dívida social foram impulsionadas a partir da promulgação da Constituição de 1988. Os remanescentes quilombolas da Tabacaria, desde o final dos anos de 1990, vêm travando uma luta como os fazendeiros locais pelo direito à posse da terra e reparação da dívida histórica os descendentes de povos escravizados.

A análise está ancorada nos conceitos de memória e identidade, através da perspectiva da história cultural a partir de referências bibliográficas. Assim, busca-se entender a construção identitária alinhavada pelo cotidiano de cada indivíduo a partir de relatos de memória coletiva para a construção de um território pertencente a um

grupo social para a construção de uma memória coletiva no processo de construção de um território quilombola.

O território é entendido como um espaço em que as ações sociais e culturais são representadas nas práticas sociais. Essas discussões e reflexões sobre as rupturas nas relações sociais, políticas, econômicas na vida dos negros são de fundamental importância para compreender as mudanças ocorridas no atual cenário político nacional e o quanto aumenta vulnerabilidade dos menos favorecidos.

A pesquisa pretendeu realizar uma investigação sobre a maneira como os integrantes da Comunidade Quilombola Tabacaria percebem suas formas de manifestações culturais, seus hábitos e costumes e como estes estabelecem vínculos com o território habitado, considerando que tais percepções são os reflexos do seu cotidiano e das suas práticas enquanto construção coletiva.

O percurso metodológico consistiu no uso de procedimentos técnicos a partir da pesquisa historiográfica, de caráter qualitativo, baseado na história oral, documental, imagética e na pesquisa de campo. A proposta consiste em realizar um trabalho que possa utilizar diferentes fontes que possibilite identificar aspectos materiais e culturais do objeto de pesquisa proposto. Certamente impossível estudar o passado sem a assistência de toda uma cadeia de intermediários, incluindo não apenas os primeiros historiadores, mas também os arquivistas que organizam os documentos, os escribas que os escreveram e as testemunhas cujas palavras foram registradas (BURKE, 2017).

A operação historiográfica se estabelece a partir de um cenário social, espacial e uma temporalidade historicamente construída pelos homens e mulheres. O historiador se apresenta, tal como o padeiro que, com aparas das atitudes, dos costumes, das ações das massas, fermenta novas imagens do tempo. E a História, tal como o pão, alimenta nossas vaidades, mas também, explica e justifica nossas desigualdades e diferenças sociais; as injustiças, os crimes, os estigmas, as amarguras da labuta e da vida coletiva (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019).

Os estudos da historiografia contemporânea têm lançado mão de outros procedimentos metodológico e técnico de investigação, além de documentais escritos. A interdisciplinaridade dos campos de saberes amplia os olhares sobre o passado e associada as fontes documentais, as fontes orais vem ocupando um lugar de destaque nas pesquisas historiográficas.

O uso da história oral tem crescido consideravelmente nas pesquisas históricas, principalmente quando se trata de uma história não documentada. A associação de uma variação de fontes, sejam documentais, orais e imagéticas são essenciais para evidenciar as questões propostas para entender a realidade estudada. Portanto, só convém recorrer à metodologia da história oral quando os resultados puderem efetivamente responder a nossas perguntas e quando não houver outras fontes disponíveis – mesmo entrevistas já realizadas – capazes de fazê-lo (ALBERTI, 2004).

Como a história oral não é suficientemente capaz de dar conta do universo na pesquisa histórica, o uso de fontes documentais é fundamental para legitimar os dados pesquisados, sejam documentos oficiais, arquivísticos, jornais ou pessoais. Os registros documentais, de certa maneira, apresentam, nas entrelinhas, práticas cotidianas dos indivíduos ou grupos sociais, mesmo em sociedade pouco letrada; é preciso, por meio de palavras, desvendar outra coisa que não a simples descrição de condição de vida e evitar pensar que uma cultura popular só se forja a partir de atitudes, de condutas e de reações (FARGE, 2009).

Os estudos referentes aos povos que não possuem registros passam a ter relevância na historiografia contemporânea com a utilização de metodologias baseadas em fontes orais, expressões e imagens. Para entender as práticas identitárias da comunidade Tabacaria, faz-se enveredar na história local como instrumento metodológico para a compreensão dos aspectos que envolvem a realidade estudada. Assim, a história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ela a encontra dobrando a esquina e descendo a rua (SAMUEL, 1990).

Para compor a descrição histórica da referida comunidade, a proposta metodológica fundamenta-se em fontes documentais: levantamento de dados, a partir de análise de documentos oficiais de cartórios, levantamento, catalogação e tratamento de imagens, fotografias e documentários e, fontes orais: entrevistas semiestruturadas com as principais lideranças e anciãos, observação de práticas como as danças, músicas, hábitos, costumes, linguagens e religiosidades, bem como, aspectos da tradição oral, história de vida e patrimônio histórico imaterial para dialogar com o quadro conceitual desta pesquisa.

A pesquisa de campo foi dividida em dois formatos: primeiro, a visita permanente na comunidade no intuito de conhecer e estabelecer um diálogo de confiança e responsabilidade com a comunidade pesquisada. Este processo iniciou-se em 2013, estimulada pela orientação de um trabalho de conclusão, aonde a graduanda lançou um olhar sensível pelos quilombolas, estimulando a construção de um projeto de extensão na comunidade. Segundo, a realização de entrevistas com 08 quilombolas em momentos e situações diferentes, além de 02 entrevistas; uma com Secretário de Governo da Proteção das Minorias no período de 2001 a 2005 e outra com a Diretora de Proteção do Patrimônio Afro Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, no período de 2003 a 2008.

Foi analisado mecanismos usados pelos quilombolas para justificar a sua identificação como comunidade tradicional e desfrutar dos benefícios e proteção social, assim como, entender o processo de luta pela cidadania a partir da constituição de 1988 são primordiais para entender o processo de luta dos povos tradicionais. Portanto, essa pesquisa busca, essencialmente, identificar os aspectos identitários dos quilombolas e seus vínculos memoriais com a cultura afro brasileira no processo de territorialização da Comunidade.

A dissertação está dividida em três capítulos, além de um relatório técnico referente ao produto final em forma de documentário. O primeiro capítulo trata da formação social de Palmeira dos Índios, apresentando aspectos históricos, econômicos, religiosos e culturais desde sua fundação até a contemporaneidade, para compreender as tramas estabelecidas para enxergar o lugar do negro na estratificação social. Principalmente entender as disputas étnicas entre índios, negros e o colonizador.

No segundo capítulo foi tratado as disputas de memórias e os conflitos identitários dos quilombolas da comunidade Tabacaria. Como as marcas da escravidão estão presentes nos negros na contemporaneidade. Para isso, verificou-se como as memórias de um passado escravocratas influenciam nas práticas culturais, assim como, a construção da identidade são remetidas às memórias do passado na construção de um território e de um lugar social.

Já no terceiro capítulo, foi discutido o processo de mobilização, autoidentificação, certificação e posse da terra quilombola. Abordando, a resistência de um povo que foi escravizado; fugitivos de maus tratos e engajados na resistência e luta por liberdade. Neste sentido, identificou-se como a disputas e conquista da

posse da terra contextualizada num momento da história nacional permitiu a reparação de uma dívida histórica para com os povos negros, assim como, a implementação de políticas de proteção social pelo um processo democráticos da consolidação da cidadania.

Nesse contexto, o mergulho no universo dos quilombolas da comunidade Tabacaria, necessita de adentrar nas veredas do alto da serra onde habitam um povo descendente de povos escravizados, que por um longo período, foi sucumbido aos mandos dos ditos donos da terra. Porém, a resistência é uma marca presente na sua condição humana e, por essa razão, sobreviveu a todo as formas de perseguição e injustiça social.

Sinto dificuldade de escrever estas memórias em ordem cronológicas. As memórias não pertencem ao calendário, com datas, dias e horas. Elas vêm e vão. São esparsas, fugidias, fragmentárias, pedaços de películas, ou como diria um poeta, celuloide do hiposulfito da saudade.

Ivan Barros (Abrindo a janela do tempo: memória e história, 2006, p. 24)

CAPITULO I

FORMAÇÃO TERRITORIAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

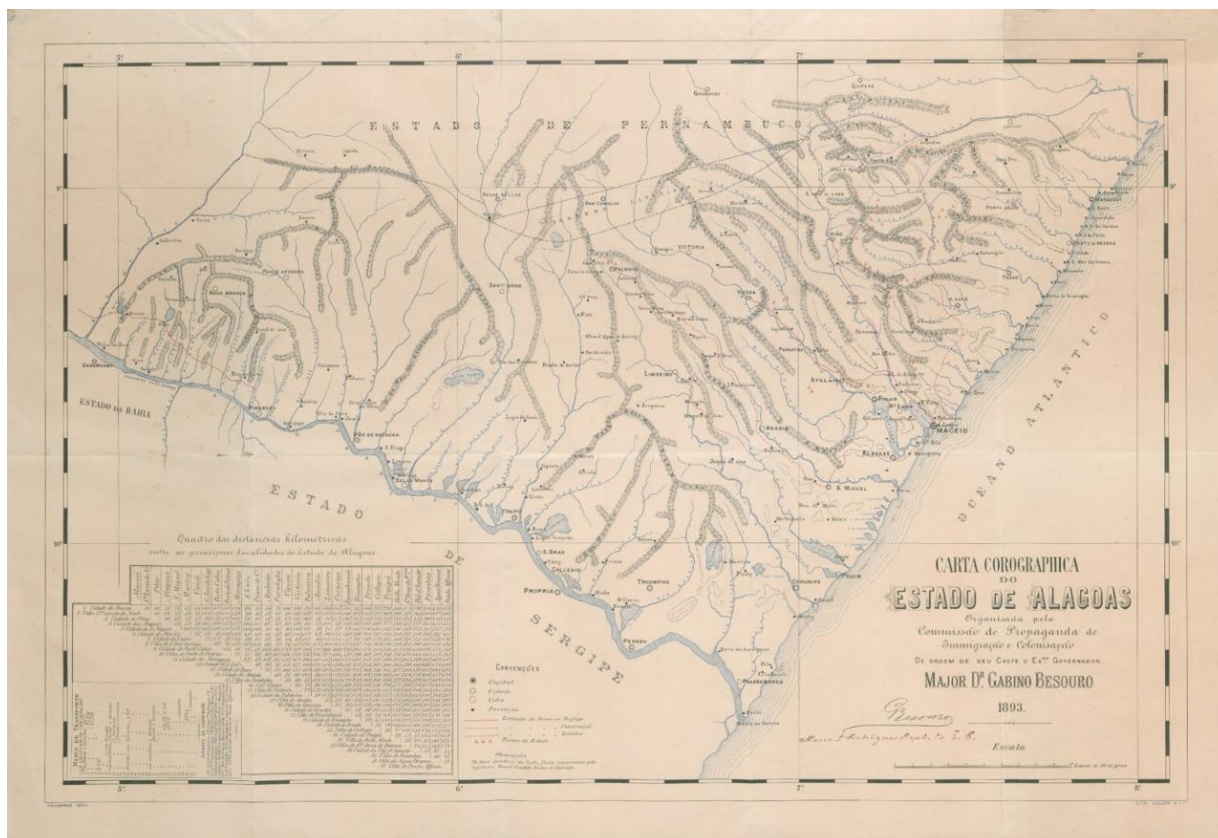
A formação histórica de Alagoas inicia-se antes da sua emancipação de Pernambuco em 1817, vinculada às estratégias de ocupação. O território ocupado pelos portugueses no período colonial era habitado pelos povos indígenas, oriundos tanto do grande sertão quanto do litoral nordestino. Assim, “no século inicial de colonização, os portugueses tiveram de enfrentar a resistência indígena contra a invasão de seu espaço [...]” (CARVALHO, 2016, p.12). A resistência passou a ser uma característica do povo tradicional de Alagoas, inicialmente com os indígenas e posteriormente com os negros.

As terras referentes aos territórios de alagoas e apropriadas pelos portugueses, mesmo pertencentes à Capitania de Pernambuco no período colonial, desde sua formação, teve um caráter cultural singular, com a construção de uma identidade pertencente ao povo alagoano.

No processo de formação territorial de Alagoas, as terras hoje pertencentes a Alagoas, no período colonial, pertenciam a Capitania de Pernambuco. No entanto, esse espaço já apresentava uma historicidade com aspectos singulares que formaria a identidade de Alagoas.

A formação territorial de Alagoas, apesar de ter seu marco como província independente, em 16 de setembro de 1817, a sua formação coincide com a formação do Brasil colonial, a partir da ocupação do território pelos portugueses. A rota da esquadra que dá continuidade à expedição de Pedro Álvaro Cabral ao desbravamento das terras costeiras é datada em meados de 1501. (MARIA NETA; SANTOS, 2013, p. 3)

Alagoas no período colonial era vinculada à Capitania de Pernambuco, onde se manteve pertencente jurídico-administração até 1817. Segundo Duarte (1974), “[...] a nova Capitania de Alagoas, que tanto procurara ajustar-se ao progresso regional, na fase de simples Comarca, criada pela Carta Régia de 9 de outubro de 1706, (aceita a data de 1711 como marco histórico [...]).” (DUARTE, 1974, p. 23) Daí o argumento que antes da 1917, já transitava nos espaços jurídicos e administrativos rumores de uma pré-independência do patriotismo alagoano.



Mapa 01: Carta Corográfica de 1893 do Estado de Alagoas

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas

De acordo como a imagem acima, a Carta Corográfica de 1893 já apresenta os limites do Estado de Alagoas. Para Lindoso (2011), a conquista territorial está vinculada a três importantes fatores por ele defendidos: “a criação do Quilombo de Palmares, o início da conquista do sertão e a implementação de uma sociedade tutelar formada pelas *plantations* açucareiras.” (LINDOSO, 2011, p.19). Foi, portanto, nesse espaço hostil que Alagoas fundou-se enquanto território independente no Século XVII.

Os embates na formação de Alagoas estiveram presentes desde seus primórdios até sua consolidação, sejam por índios, negros ou europeus. Nesse panorama, as conquistas territoriais em Palmeira dos Índios acompanha o mesmo processo político e jurídico-administrativo do espaço alagoano no período colonial. Portanto, a luta pelo direito à terra são fatores que impulsionam as disputas entre os interesses divergentes dos povos; sejam tradicionais ou contemporâneos. Neste sentido, faz-se necessário enveredar na história local para a compreensão dos aspectos históricos, políticos, religiosos e sociais do município. Assim,

a história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ela a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostas, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vidas individuais; o impacto da mudança tem de ser medido por suas consequências para certos domicílios. (SAMUEL, 1990, p. 220)

Neste capítulo trataremos do processo de formação do município de Palmeira dos Índios, apresentando os aspectos definidores da posse da terra e construção dos aspectos identitários dos povos que referenciam a sociedade palmeirense. Dividimos em três momentos considerados característicos de cada período: o vale da promessa, o vale da incerteza e o vale de lágrimas.

1.1 O vale da promessa

A formação territorial de Palmeira dos Índios, como todo território alagoano é também marcada por disputas pela posse das terras. Tal região é extremamente importante para a história de Alagoas porque era rota de fuga de escravos para o Quilombo dos Palmares, o que favoreceu um profícuo contato entre índios e negros, legítimos formadores da identidade local.

A verdadeira independência de Palmeira dos Índios, surgiu nos idos distantes de abril de 1835, quando o então Arraial com seu casario enorme quase todo caiado de branco se transformou em Vila, por força de lei, aprovada pela Assembleia Provincial. E considerando o desenvolvimento da Vila, no dealbar da República, os legisladores concederam autonomia municipal em 20 de agosto de 1889. (BARROS, 2006, p. 419)

A história Palmeira dos Índios, município do interior de Alagoas, é ancorada em duas vertentes, uma lendária e romantizada que coloca Frei Domingos de São José, como seu fundador. Tal narrativa apresenta a atuação do missionário junto aos povos indígenas habitantes da região serrana que emoldura o vale que abriga a sede do município. Os primeiros aldeamentos se dão pelos índios Xukuru e Kariri e a “Vila de Palmeira dos Índios foi criada em 1835 através da resolução Nº 10 de 10 de abril, assinada pelo presidente da Província, José Joaquim Machado” (PEIXOTO, 2013, p. 32). O processo que a transformou em distrito, vila e município.

A vila de Palmeira dos Índios foi criada em 1835 através da resolução N° 10 de 10 de abril, assinada pelo presidente da Província, José Joaquim Machado [...] sua instalação só tornou-se válida depois da Resolução nº 27, de 12 de março de 1938 e esta foi suprimida pela Lei nº 43, de 23 de julho de 1853 e elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1113, de 20 de agosto de 1889. (PEIXOTO, 2013, p. 32 e 33)

Mesmo com a consolidação formal legalmente constituído, “os anos seguintes foram marcados por conflitos e lutas pela posse das terras, pelas invasões das terras indígenas e pela expulsão dos nativos do vale que atualmente abriga a cidade” (PEIXOTO, 2013, p. 41) Porém, a versão que descreve uma pequena povoação pertencente à província de Anadia, sustenta a prerrogativa da construção indígena palmeirense.



Foto 01: Lenda da Fundação de Palmeira dos Índios – Luiz B. Torres, 1973
Fonte: Acervo do GEPIAL/UNEAL, 2020.

Conforme observe-se na imagem acima, no desenho identificamos o amor proibido de um casal de índios, que morreram, mas o amor prevaleceu, daí a “palmeira” (linguajar popular) ser considerada a cidade do amor. Neste sentido, com a criação da tanto da lenda, como da bandeira estes símbolos foram oficializados.

Primeiro, cria uma lenda romantizada envolvendo esse povo, a seguir, quando tem a oportunidade de criar a bandeira, procura eternizar a lenda nesse símbolo oficial, deste modo fez enraizar no cotidiano local a sua versão sobre os Xukuru-Kariri (PEIXOTO, 2013, p. 93).

A bandeira é posta como oficial através da lei 691 de 05 de dezembro de 1966. Parceria de Luiz Barros Torres e José Delfim da Mota Branco. Conforme Silva (2017), “pode-se que a construção do índio palmeirense [...] mitificado por sua lenda e reafirmado por esses símbolos, conforme figura acima, traduz a imagem do índio brasileiro construído na Literatura, especificamente, no Romantismo.” (SILVA, 2017, p. 28). Confirmando a busca por uma identidade nacional, remetendo à figura do índio como a busca do mito fundador.

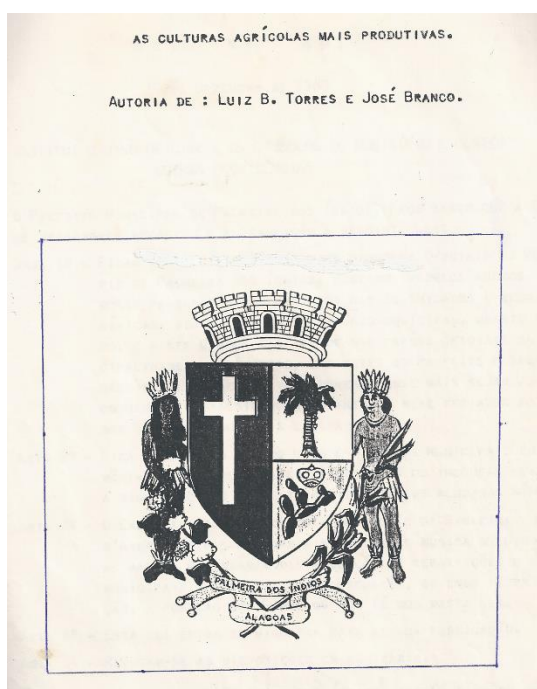


Foto 02: Bandeira de Palmeira dos Índios
Fonte: Acervo do GPHIAL, 2020.



Foto 03: Brasão de Palmeira dos Índios
Fonte: Prefeitura de Palmeira dos Índios, 2020.

Nesta perspectiva a construção da origem da história de Palmeira dos Índios, a versão mítica presente na lenda dos índios Tilixi e Tixilia, escrita pelo memorialista Luiz Barros Torres. A imagem dos índios representa a visão de Luiz Torres sobre o Índio palmeirense. Já no Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios encontra-se a referência mais antiga aos índios de Palmeira. “O documento, com o título História da Palmeira, de autoria do vigário José de Maia Mello, faz referência a uma índia Xukuru, de nome Izabel Maria da Conceição, nascida em 1762”.

(PEIXOTO; MARIA NETA, 2019, p. 4) Evidenciando o papel da igreja na sócio-política na formação da identidade um povo.

A presença da igreja católica na esfera no Estado é também identificada fortemente no século XIX. Ao analisar o Recenseamento de 1872, os dados da Província de Alagoas, são pertencentes às Paróquias. Assim, os dados sobre a população do Recenseamento de Palmeira dos Índios de 1872, são pertencentes à Paróquia de Nossa Senhora do Amparo, conforme o quadro a seguir:

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Estado civil			Religião		Nacionalidade		Instrução	
			Solteiros	Casados	Viuvos	Catholicos	Aatholicos	Brasileiros	Estrangeiros	Sabem ler e escrever	Analfabetos
Livres	Homens	6764	4635	1985	194	6764	6749	15	1083	5681
	Mulheres	6847	4547	1967	338	6847	6886	11	461	6386
	Soma	13611	9182	3902	527	13611	13585	26	1544	12067
Escravos	Homens	1612	1481	114	17	1612	1546	66	1612
	Mulheres	1799	1701	79	19	1799	1759	40	1	1798
	Somma	3411	3182	193	36	3411	3305	106	1	3410
	Somma geral	17022	12364	4095	563	17022	16890	132	1545	15477

Quadro 01: População da Paróquia de N. S. do Amparo da Palmeira dos Índios

Fonte: RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872 - PROVINCIA DAS ALAGOAS.

Adaptado por Francisca Maria Neta; Denize dos Santos; Yuri Franklin dos Santos Rodrigues.

No Recenseamento do Brasil de 1872, nos dados referentes à Província de Alagoas, conforme a imagem acima, a Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Palmeira dos Índios, indica as condições gerais da população, conforme o quadro acima, que trata de homens livres e escravos, em que relaciona: raça, estado civil, religião e nacionalidade. Conforme a estatística, a população livre corresponde a 6.764 homens e 6.847 mulheres, já a escrava são 1.612 homens e 1.799 mulheres, totalizando uma população de 17.022 almas.

No quadro 01 observa-se que o total da população de escravos, a maioria são mulheres, aonde 3411 são mulheres e apenas 1799 são homens. E nesta população o número de casamentos são bem inferiores em relação aos homens livres, apenas 79 mulheres e 114 homens são casados. Quanto à prática religiosa, os dados

demonstram que toda população escrava, tanto masculina, quanto feminina, são praticantes do catolicismo. Observa-se também que apenas um escravo e uma escrava sabem ler e escrever. O quadro apresenta ainda, 40 mulheres e 66 homens estrangeiros, mostra de existência do comércio de escravos na localidade. Portanto, uma forte distinção social e, em estudos cartoriais,

no livro de “Escrituras” de 1880, as procurações de escravos vendidos através do tráfico interprovincial e intraprovincial, são registrados nos anos de 1878 a 1887, são 35 procurações de escravos. Entre essas, 22 procurações são de escravos direcionados para as regiões de Maceió, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Sergipe e Pernambuco. (SILVA, 2018, p. 47)

Ao correlacionar o Censo de 1872, que classifica a raça por brancos, pardos, pretos e caboclos, aonde são 2.844 brancos, 9.825 pardos, 2.901 pretos e 452 caboclos, e o livro de Escritura de 1880, observamos que há uma significativa presença de negros no município, possibilitando o tráfico de escravos interprovincial em Palmeira dos Índios no século XIX.

Passado o início da década de 1870 e as apreensões quanto à aplicação e resultados da Lei do Ventre Livre, foi restabelecida a demanda por escravos nas regiões cafeeicultoras, em plena expansão naquela década. Por outro lado, a situação do mercado do Nordeste já não estava mais favorável como na década anterior. Algodão e açúcar enfrentavam um momento irregular lá fora. O desequilíbrio entre os mercados do Nordeste e do Sudeste levou a diferença sem precedentes entre os preços praticados em cada região. Nesse contexto, a venda de escravos no comércio interprovincial tornou-se novamente um ótimo negócio. (TEIXEIRA, 2016, p. 37)

O comércio de escravo interprovincial em Palmeira dos Índios, associa-se a demanda lucrativa do trabalho escravo, contrapondo o debate abolicionista em período que antecede a Lei Áurea. Dessa maneira, as práticas escravocratas institucionais são reforçadas pela sociedade patrimonialista que perpetua o homem preto como objeto de mercadoria.

Acerca das populações em relação às profissões da Paróquia de Nossa Senhora do Amparo da Palmeira dos Índios, conforme o Recenseamento de 1872, período que antecede a Lei Áurea, mas que pode fornecer indícios para compreender o circuito de comércio de escravos e práticas institucionalizadas de trabalhos subservientes. Conforme o quadro a seguir, pode-se identificar as profissões conforme sexo, homens livres e escravos, brasileiros e estrangeiros.

Nacionalidades	Condições	Sexos	Estados Cívicos	Profissões liberais		Profissões manuais ou mecânicas		Capitalistas e Proprietários	Lavradores	Criadores e Jornaleiros	Serviços Domésticos	Sem profissão
				Profes. ^{tes} e homens de letras	Artistas	Costureiras	Operários					
Brasileiros	Livres	Homens	Solteiros	1	25	60	885	32	3584
			Casados	8	9	44	6	46	1745	13
			Viuvos	11	5	2	168	1	6
		Mulheres	Solteiras	1	5	690	1	1	277	459	3112
			Casadas	898	3	1	277	574	713
			Viúvas	1	186	1	70	32	86
Estrangeiros	Livres	Homens	Solteiros	4	2
			Casados	2
			Viuvos	2
		Mulheres	Solteiras	1	2	2	1
			Casadas	1
			Viúvas	1	8
Escravos	Homens	2	1152	14	443	
	Mulheres	1	741	448	615	
Somma geral			11	26	1226	86	11	110	5310	1558	8578

Quadro 02: Populações considerada em relação às Profissões Parochia de N. S. do Amparo da Palmeira dos Índios

Fonte: RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872 - PROVINCIA DAS ALAGOAS.

Adaptado por Francisca Maria Neta; Denize dos Santos; Yuri Franklin dos Santos Rodrigues.

No quadro acima, em relação às profissões praticadas pela população no período analisado, observa-se que as profissões mais expressivas são: criadores e jornaleiros 5310, serviços domésticos 1558, costureiras 1226, lavradores 110, operários 86, artistas 26, professores e homens de letras 11, capitalistas e proprietários 11, somando um total de: 8338. Porém, quando observamos o item sem profissões de 8578 é superior ao total da soma de todas as profissões. Quanto aos escravos, identificamos 01 mulher artista e 02 homens operários, 448 mulheres e 14 homens ocupando serviços domésticos. Um dado observado expressivo entre os escravos foi 740 mulheres e 1152 homens ocupando atividades em criadores e jornaleiros.

Ainda sobre o Censo de 1972, os dados da população estão sob a tutela da Paróquia de Nossa Senhora do Amparo, padroeira do município de Palmeira dos

Índios. No quesito referente à religião praticada pela população, conforme a estatística, na sua totalidade a população é católica, reafirmando que as práticas escravistas são ratificadas pela Igreja Católica.

A antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada na Praça Nossa Senhora do Rosário na área urbana da cidade de Palmeira dos Índios/AL, o início de sua construção está datada em 1803. Foi construída por escravos ainda no século XIX, a igreja Nossa Senhora do Rosário visava a princípio acolher os negros uma vez que os negros não podiam frequentar a mesma igreja que os ditos brancos, a mesma simbolizava uma grande realização dentro do meio sociocultural, trazia consigo uma grande realização para essa população. (SENA, 2019, p. 16)

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi construída no século XIX, situada na área urbana da urbana da cidade. Desta maneira, conforme Barros (2018), “e em 1868, com escravos alforriados, por Belarmino Vas da Silva e Rosa Amélia Candido Pimentel, católicos, de formação cristã e abolicionista, doaram um terreno a igreja, e com ajuda de Simão Dias e outro companheiros que ainda trabalhavam com Belarmino e Dona Rosa, construíram a igreja Nossa Senhora do Rosário.” (BARROS, 2018, p. 27-28)



Foto 0 4: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
Fonte: Jornal – O Índio. Ano II, num. 52, 1921
(Acervo Bayron Torres – GHPIAL/UNEAL)

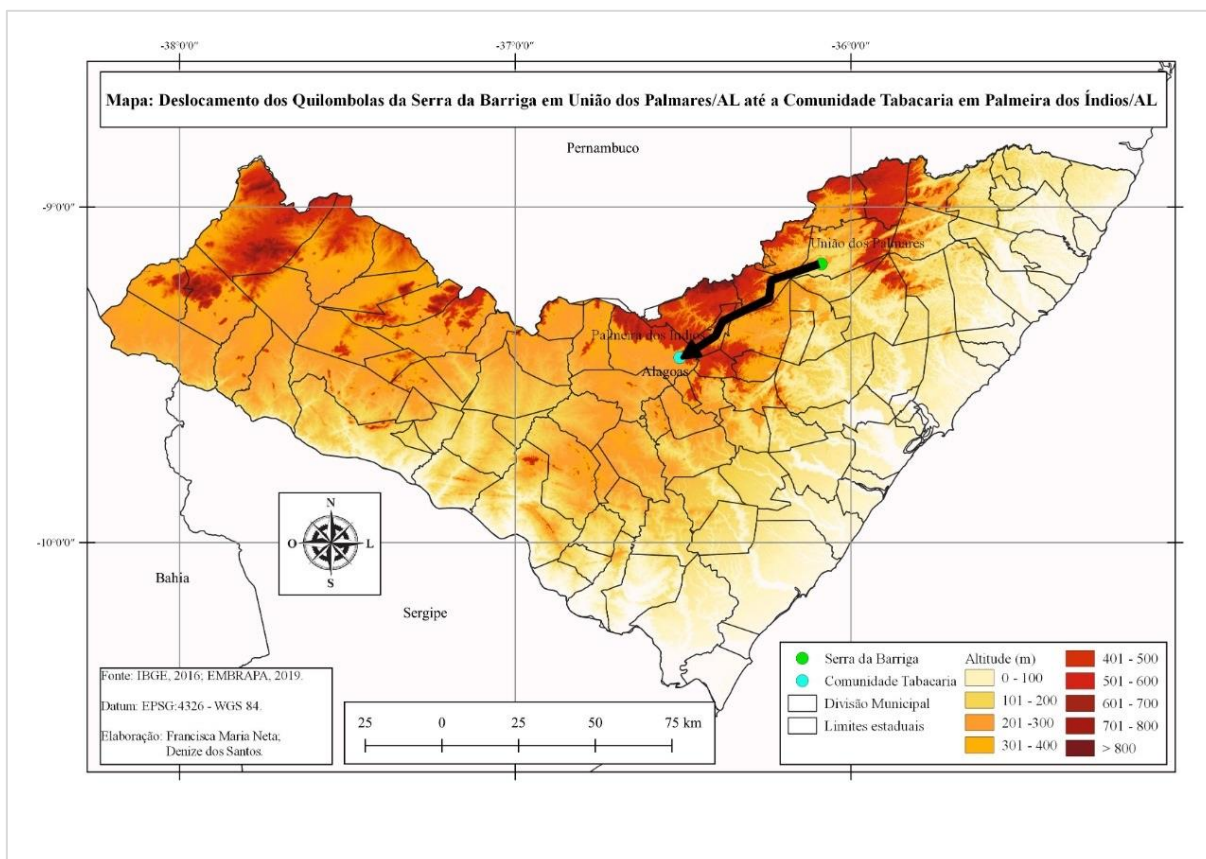
A construção da Igreja de N. S. dos Rosário, “visava a princípio acolher os negros uma vez que não podiam frequentar a mesma igreja que os ditos brancos, a mesma simbolizava uma grande realização dentro do meio sociocultural...” (SENA, 2019, p. 18) Revelando claramente a existência de uma distinção social entre brancos e negros.

1.2 O vale das incertezas

A história de Palmeira dos Índios é “marcada por disputas pela posse das terras habitadas por índios Xucurus e Kariris e pela população envolvida.” (PEIXOTO, 2013, p. 32) uma realidade que se estende desde sua fundação até a contemporaneidade. As disputas são presentes nas relações sociais desde a sua formação, sejam por terras, socioeconômicas ou culturais. As inter-relações sociais são marcadas pelas diferenças identitárias. Conforme Woodward,

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Esta marcação da diferença ocorre tanto meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formação de exclusão social. A identidade, pois, não é o posto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais esta forma de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, a menos em parte, por meio de sistemas *classificatórios*. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles por exemplo, servos e croatas); eu/outro. (WOODWARD, 2014, p.40)

Nas terras alagoanas, a formação territorial se envereda, por estratégias de ocupação. A história dos quilombos no Brasil tem sua gênese no período colonial. Em Alagoas, a maior organização de refugiados negros é o Quilombo dos Palmares; que possuía uma estrutura organizacional relevante, instituindo uma comunidade independente da ordem administrativa colonial.



Mapa 02: Deslocamento dos Quilombolas da Serra da Barriga até a Comunidade Tabacaria
Fonte: IBGE, 2016, EMBRAPA, 2019, Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos, 2020.

A narrativa historiográfica acerca do deslocamento dos quilombolas da Serra da Barriga em União dos Palmares, após a destruição do quilombo dos Palmares, em direção ao interior, como ilustrado no mapa acima, afirma como os quilombolas utilizavam estratégias de fugas em busca de liberdade. Para o quilombola Aloisio Caetano da Silva (2010), “...nossos antepassados, daí eles contavam a nós como era a história dos quilombos, como era dali da Serra da Barriga por que já era também a história do quilombo, são muitos anos, são 325 anos.” (SILVA, 2010). Neste sentido,

no Brasil colonial, Palmares foi a maior comunidade de fugitivos, datando de 1597 a primeira referência a ela. Localizada entre Alagoas e Pernambuco, estabeleceu-se no coração do Império Português no Atlântico sul – expansão que designa a vasta área atlântica entre a Europa, América do Sul e África onde os portugueses tiveram suas colônias. Situava-se à distância de 120 quilômetros do litoral de Pernambuco, nas serras, entre as quais a principal era chamada Outeiro da Barriga, onde havia abundância palmeiras – daí o nome *Palmares*. Logo se transformou em local de refúgio, existindo não só um mocambo, mas dezenas deles. (GOMES, 2011, p. 13)

A história dos quilombos, do passado e do presente, constitui-se em bandeira de luta. No período colonial, o Quilombo dos Palmares representa a maior revolta de negros em busca por liberdade. Essa referência serviu de argumento para muitas comunidades contemporâneas remanescentes da República do Palmar; em que Zumbi representa o símbolo de resistência que impulsiona e justifica as constantes batalhas em busca de uma identidade étnica.

No decorrer do século XX, Palmeira dos Índios foi palco de desenvolvimento de declínio, tanto econômico quanto cultural. Na sua primeira metade, como a produção de algodão para indústria têxtil e a implementação da linha de trem, a cidade ao passo que inseriu no mercado competitivo. Como esse advento a cidade,

O trem era a presença do progresso. A festa dos palmeirenses. Sob o ponto de vista econômico-social, era o trem que interligava harmonicamente. Palmeira e os demais centros de produção e consumo e garantia a sobrevivência, segurança e desenvolvimento da região. Mas sob o ponto de vista sentimental, o trem significava muito mais [...] Era o trem que trazia as novidades da capital, as revistas, os jornais, as gentes bonitas e diferentes [...] O trem trazia cartas de namoradas, com pétalas perfumadas [...] (BARROS, 2006, p. 24-25)

Por outro lado, em meados do século XX, o município de Palmeira dos Índios se apropria do desenvolvimento e sinaliza para implementação da estrada de ferro para o intercâmbio de relações comerciais e sociais. Assim, a ferrovia é construída pela empresa Inglesa Great Western, responsável pela maior parte da rede ferroviária do Nordeste na época.



Foto 05: Palmeira dos Índios quer ter ferrovia

Fonte: Jornal Folha da manhã, 31/1/1931. Acervo do GPIAL/UNEAL, 2019.

A consolidação de uma grande realização dentro do meio sociocultural e econômico trazia consigo um grande traço de modernidade jamais visto por aqui, junto a isso cresceu o sonho de transformar “a Princesa do Sertão” em um grande polo industrial ao passo que crescia junto, a esperança da população que visava melhores condições de vida. Mesmo com todas as dificuldades à época, enfim, chegam à cidade símbolos de modernidade, os trilhos, o trem e a estação.

Em 7 de janeiro de 1928, depois de obter 433 votos nas eleições municipais de outubro de 1927, e sem ter participado da campanha ou de quaisquer manobras com fins de angariar votos, Graciliano Ramos tomava posse do cargo de prefeito de Palmeira dos Índios [...]. (RAMOS, 2013, p. 08)

O romancista e escritor Graciliano Ramos, filho natural do município de Quebrangulo, na época de seu nascimento a localidade pertencia ao município de Palmeira dos Índios; referência pouco expressada por ele. Um dos motivos que a figura de Graciliano Ramos está ligada à Palmeira dos Índios. Além de escritor Graciliano Ramos, teve uma vida pública expressiva.

A partir de então a cidade passou a sofrer grandes transformações econômicas e sociais, ao passo que um maior fluxo de pessoas vindas de outras regiões era grande, o movimento das inúmeras casas comerciais e as indústrias de pequeno porte. Alterando desta forma o contexto sociocultural da época, visto que mesmo com a inserção do setor industrial a feira livre passou a atuar em segundo plano, mas ainda assim muito presente na vida dos Palmeirenses atraia vários fazendeiros da região e até de estados vizinhos, como Pernambuco. (SILVA, 2019, p. 21)

Em meados do século XX, como a expansão da cultura do algodão o transporte ferroviário foi responsável pelo transporte comercial, traslado de passageiro e lugar de sonhos, esperanças e afetos. São mudanças vinculadas às invenções tecnológicas da modernidade.



Foto 06: Estação de Trem de Palmeira dos Índios
Fonte: Míriam de Lima Cabral, 2018.

A Estação de trem, conforme a imagem acima demonstra um valor de uso ressignificado, O lugar que no passado era um ponto de partida e de chegada de sonhos, esperanças, de idas e vindas de passageiros, na atualidade, serve como um

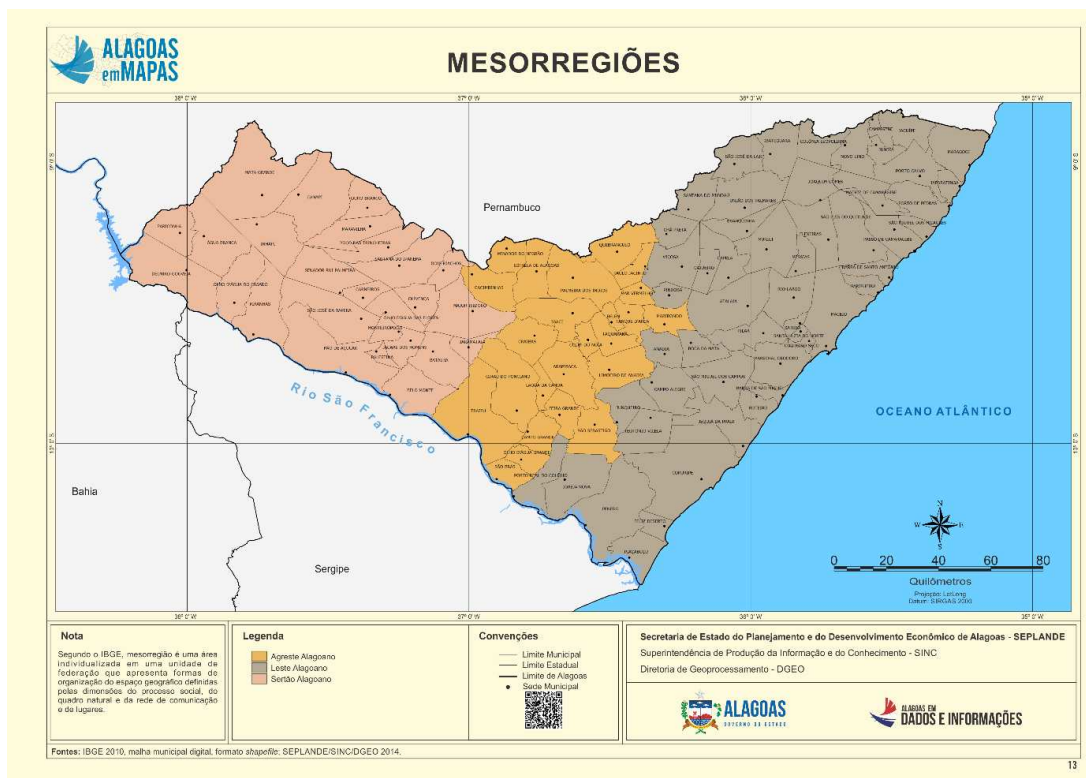
lugar de outro tipo de viagem, a viagem da leitura e da aprendizagem, pois agora funciona como a biblioteca municipal: um lugar de memórias e de lembranças.

A estação ferroviária de Palmeira dos Índios carrega em seu histórico três diferentes fases que modificaram de forma ampla a realidade da cidade. A primeira trouxe “esperança” aos moradores em tempo que a instalação em 1933 (o que simbolizou modernidade) proporcionando maior desenvolvimento econômico dentro do meio social. A segunda significou uma drástica perda do sentido econômico quando em 2001 encontrava-se em total abandono. Já a última fase caracteriza-se pela ressignificação do espaço em 2003 e o transformou em uma Biblioteca expressando outra realização humana. (SILVA, 2019, p. 09)

Os lugares de memórias na área urbana de Palmeira dos Índios são representados por espaços de identificados por instituições que entrelaçaram as relações políticas, econômicas e sociais.

1.3 O vale de lágrimas

O município de Palmeira dos Índios foi beneficiado em virtude da posição geográfica que liga o agreste ao sertão alagoano. Assim, é classificado como o portão de entrada para o sertão; sendo situada numa área intermediária, fazendo interlocução, tanto dentro do Estado de Alagoas, como com alguns municípios do Estado de Pernambuco.



Mapa 03: Mesorregiões do Estado de Alagoas

Fonte: Planejamento, Gestão e Patrimônio - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas

Na microrregião, em que Palmeira dos Índios representa o município Pólo, é composta por 10 municípios, sendo eles: Belém, Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci, Maribondo, Mar Vermelho, Mirador de Negrão, Paulo Jacinto, Quebrangulo e Tanque D'Arca. O crescimento da área urbana de Palmeira dos Índios demanda o surgimento de novos serviços, infraestrutura, equipamentos, moradias e, conseqüentemente, esse crescimento acontece de forma desordenada e carente de planejamento urbano proporcional às suas necessidades sociais.

Palmeira dos Índios, situada no agreste alagoano, município de médio porte, vivenciou um processo de desenvolvimento urbano e econômico na segunda metade do século XX, principalmente pela expansão dos serviços e comércio, acelerando o estabelecimento da urbanização da cidade.

Durante boa parte do século XX, o Cinema foi de fundamental importância na cidade de Palmeira dos Índios e servia não apenas para mostra de filmes, mas também como espaço de sociabilidade. As pessoas se encontravam para fugir da rotina diária de trabalho e afazeres domésticos; conversar; namorar; rever os amigos, etc. (MARIA NETA; BEZERRA, 2013, p. 7)

O Estado de Alagoas situado na mesorregião do Agreste, conforme o mapa acima. O município fica localizado a 115 km da capital alagoana é identificado como a porta de entrada do sertão, pois intermedia o agreste do sertão. Faz divisa com o Estado de Pernambuco.



Foto 07: Vista Panorâmica de Palmeira dos Índios/AL

Fonte: acervo pessoal da autora, 2019.

Conforme a imagem acima, o município é permeado de serras em que a área urbana foi constituída, desde sua formação, por um vale. Percebe-se que no entorno da área urbana estão algumas Serras que compõem o panorama da cidade. Ao lado esquerdo da imagem fica a Mata da Cafurna, aldeia indígena Xukuru-Kariri, já em direção ao horizonte da imagem fica a Serra da Tabacaria, objeto deste estudo. Conforme Barros,

descortina-se paisagem bela, surpreendendo a visão de quem sobe as serras da Boa Vista, Cadará, Goiti e Amaro. Lá de cima, todo o aspecto se apresenta com real esplendor, com a paisagem verdeenga, ruas tortuosas, a verdura das campinas e das serranias servindo de moldura, em derredor, serpenteando a cidade. (BARROS, 2006, p. 419-420)

Simbolicamente, as relações socioculturais, econômicas e religiosas dialogam com sua representação territorial. A disputa pelas áreas mais privilegiadas, sejam nos espaços urbanos ou rurais é travada pelo poder econômico local em oposição aos grupos sociais tradicionais.

Em Palmeira dos Índios, apesar de apresentar uma forte presença de índios e negros, existe uma considerável resistência ao reconhecimento desses povos na dinâmica social, há uma forte negação, ou mesmo indiferença em relação à presença destes como integrantes da sociedade.

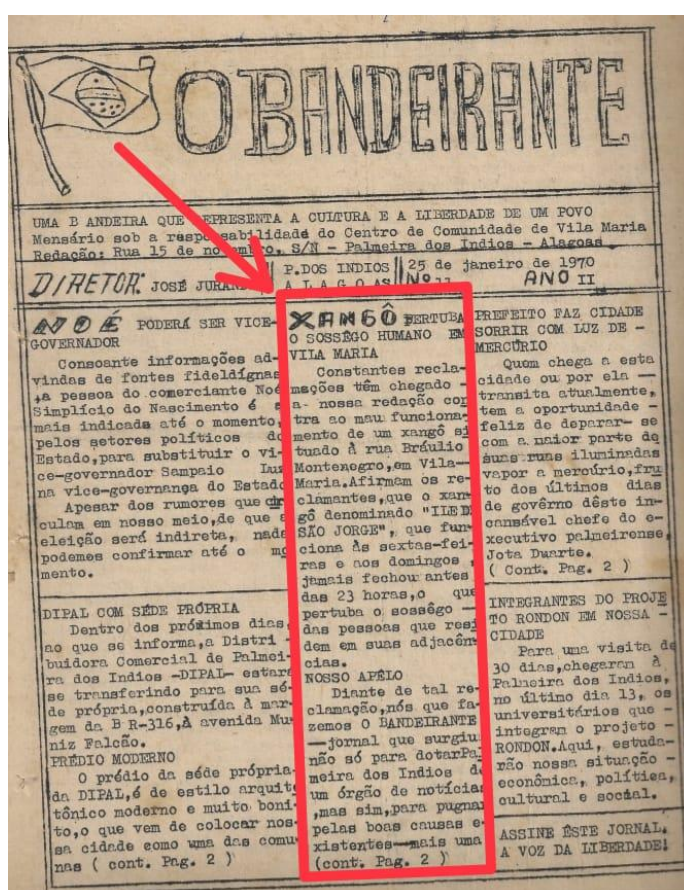


Foto 08: Xangô em Palmeira dos Índios

Fonte: Jornal O Bandeirante, 25 de janeiro de 1970, nº 11, ano II
Acervo do GHIAL/UNEAL, 2019.

As disputas no processo de consolidação da posse da terra que estão no entorno da cidade envolvem índios, fazendeiros e quilombolas. A presença de índios e negros em Palmeira dos Índios, apesar da negação pela sociedade local, representa uma parcela significativa da população. Esses povos estão à margem da esfera social e são desprovidos de benefícios sociais e civis.

Os indígenas, apesar de terem sido silenciados por um grande período, constituem uma ameaça porque a cidade foi fundada em suas terras; os quilombolas, por terem sido excluídos, ou mesmo inseridos na sociedade branca como mão de obra barata nas fazendas, são relegados à marginalidade, sua existência enquanto grupo de luta, só começam a ser visibilizados no final da segunda metade do século XX.

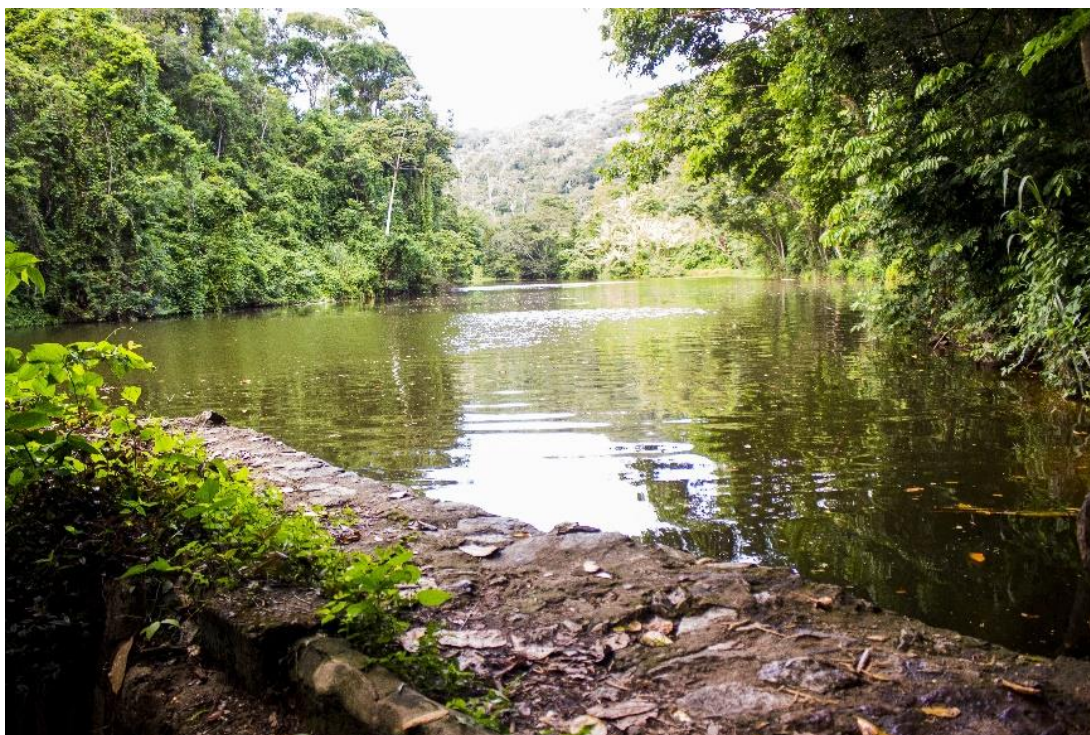


Foto 09: Barragem da Aldeia Indígena Mata da Cafurna

Fonte: Assessoria da Rádio Sampaio de Palmeira dos Índios, 12 de julho de 2019.

A barragem da aldeia indígena Mata da Cafurna, de acordo com a imagem acima, tem uma dimensão cultural e de preservação ambiental. Porém, como embates políticos com a esfera local, estadual e federal, por uma ligação fronteiriça como a área urbana, “forneceu água a zona urbana do município de Palmeira dos Índios entre os anos de 1940 até meados de 1960, quando foi substituída pela CASAL. Desde então, o açude atende exclusivamente às necessidades dos habitantes na Aldeia. (NEVES, 2019, p. 97) Por conta de ameaças de estrangulamento da barragem os poderes públicos estabeleçam um jogo de responsabilidade.

O crescimento do município, apesar das disputas territoriais e desigualdade social, liderado por uma elite local e oligárquica, foi marcado pelo posicionamento

estratégico em detrimento à construção de ferrovias e, principalmente, a criação de rodovias federais e estaduais no decorrer do Século XX.



Foto 10: Cristo Redentor na Serra do Goití

Fonte: Alagoas na Net, (Henrique Romeiro/Assessoria) 20 de agosto de 2019.

A imprensa palmeirense ocupou um importante lugar nas publicações locais, apesar de alguns jornais já terem sido extintos. Ademais, Palmeira dos Índios é reconhecida pelo ilustre de Graciliano Ramos, nascido na Vila de Quebrangulo (na época, pertencente ao município de Palmeira dos Índios), suas referências estão expressas por sua representação política no cargo de Prefeito nos anos de 1928 e 1930, momento em que escreveu os famosos relatórios sobre a sua administração municipal, e outras obras literárias reconhecidas nacional e internacionalmente.



Foto 11: Casa Museu Graciliano Ramos

Fonte: Míriam de Lima Cabral, 2018.

O museu Graciliano Ramos, construída em 1910, está situado no centro da cidade, doação de casamento à Graciliano Ramos pelo seu pai. Como lugar de “memória, a Casa de Graciliano Ramos, transformada em museu no ano de 1973 e tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é uma construção de valor educacional e histórico e configura o patrimônio edificado da cidade de Palmeira dos Índios-AL.” (CABRAL; MARIA NETA, 2019, p. 27) Representa também, fragmentos de lembranças de um lugar, lugar de um poeta, escritor, prefeito, de uma figura ilustre.

O museu enquanto lugar de memória, que remetem aos valores de uma sociedade são necessários “na identificação desses referências culturais temos que observar os valores que são atribuídos aos determinados bens, através de trocas de experiências e relações de pertencimento que o sujeito tem com o objeto.” (SILVA, 2017, p. 68) Considerado uma referência cultural do município e faz parte da construção social dos habitantes.

Palmeira dos Índios representa o maior centro da microrregião, com expressão política, econômica e cultural. Atualmente, estão instaladas cinco

unidades de ensino universitário, que atendem aos municípios da microrregião e do agreste em geral. Possui dois museus; Museu Xucurus de História, Artes e Costumes e Casa Museu Graciliano Ramos (tombado pelo IPHAN), além de um patrimônio imaterial rico em costumes, culinária, folguedos, cavalhadas, expressões artísticas, etc.

No decorrer do século XX, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi ressignificada e transformada em lugar de memória. O Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, “fundado por Luiz Barros Torres, Dom Otávio Aguiar, ambas as personagens da elite palmeirense durante o século XX.” (PARANHOS, 2017) O espaço foi reservado para a salvaguarda de um acervo construído de doações de moradores abastados da cidade. Composto por elementos religiosos, negros e indígenas, assim como, objetos sacros, pratarias, moedas, armas etc.



Foto 12: A presença Negra no Museu Xucurus
Fonte: Aline de Freitas Lemos Paranhos, 2017.

A presença negra no Museu Xucurus é identificada pela relação estabelecida pela a sociedade local. Conforme a imagem acima, o negro é retratado a partir das memórias escravocratas, com a exposição de objetos de castigo e aprisionamento.

Na ordenação dos objetos no acervo, o negro fica exposto num ambiente secundário e de forma contrastante com os elementos da elite local, configurando-se em uma sociedade estratificada.

Portanto, “nesta tentativa de confirmar sua identidade o povo palmeirense mostra que as imagens projetadas no acervo são bilaterais e negam o protagonismo histórico dos negros e índios.” (PARANHOS, 2017, p. 230) Assim, as memórias de um passado ancorado em relações distintivas são reconstruídas por continuidades de expressões socioculturais no presente.

Na sombra da diversidade cultural, econômica e política, Palmeira dos Índios é alinhavada por uma trama de conflitos identitários e ideológicos, configurando-se como uma sociedade dividida por valores que nutrem a rejeição de um sentimento de pertença e de unidade social.

O mergulho no estudo da formação de Palmeira dos Índios, identificando os processos históricos de lutas e conquistas, perpassa pelo estudo também da constituição do urbano e do rural, do poder político-administrativo, do patrimônio material e imaterial e da diversidade cultural impressa na singularidade da história de seu povo.

Estudar uma cidade não é apenas analisar as linhas tênues das construções arquitetônicas, não se constitui apenas em investigar as fontes documentais com auxílios metodológicos e teóricos, mas sim em transitar entre os limites do visível, do dito e do não dito; observar a documentação como indício do caminho das ruas (des)encontros acontecem permanentemente. Estudar uma cidade não é apenas visualizar o relevo das paisagens, mas também sentir os ventos que lhe atingem e a garoa gélida dos seus dias frios de inverno. Estudar uma cidade é perceber nos olhos dos habitantes do presente, fragmentos do passado. (AMORIM, 2011, p. 21)

Corroborando com Amorim (2011), a compreensão da cidade extrapola o visível, o dito e o aparente da suntuosidade de um povo. Não sendo diferente, a cidade Palmeira dos Índios, desde a sua fundação sofreu influências políticas, econômicas, religiosas e sociais; uma cidade que dialoga com o urbano e o rural, que estabelece avanços, limites e retrocessos. ao passo que um maior fluxo de pessoas vindas de outras regiões aguçaram o movimento comerciais, culturais e indústrias transformando num lugar memórias, identidades, patrimônios e em um território em constante disputas.

Assim, no capítulo seguinte será analisado as disputas de memórias e os conflitos identitários dos remanescentes de quilombos na comunidade Tabacaria, situada na zona rural de Palmeira dos Índios. A narrativa perpassa pela construção identitária de um grupo social na construção de um território a partir das memórias de um passado negado a um povo que foi escravizado.

CAPITULO II

DISPUTAS DE MEMÓRIAS E CONFLITOS IDENTITÁRIOS

O estudo sobre os quilombos contemporâneos no Brasil é fundamental para compreender o processo de luta dos povos negros em busca da cidadania. O contexto social de suas lutas possibilita um entendimento mais amplo da historicidade do processo histórico do negro, em especial, da virada do século XX para o século XXI.

As disputas pelas memórias de negros escravizados para o reconhecimento de direitos e reparação de dívida social foram impulsionadas a partir da promulgação da Constituição de 1988. Os remanescentes quilombolas da Tabacaria, desde o final dos anos de 1990, vêm travando uma luta como os fazendeiros locais pelo direito à posse da terra e reparação da dívida histórica dos descendentes.

A partir dos debates da Constituinte e a efervescência política a agenda das minorias que a luta quilombola passa a ser incorporadas às demandas políticas públicas. As atuais comunidades remanescentes de quilombos no Brasil estão de norte a sul do país. A articulação política quilombola é identificada pela a luta por reconhecimento, cidadania, terras e políticas públicas.

Neste capítulo é faz-se uma reflexão acerca dos remanescentes de quilombo do Povoado Tabacaria, situado na zona rural do município de Palmeira dos Índios/AL. Pretende-se compreender como as disputas de memórias e as construções identitárias são balizadas para o reconhecimento e conquistas territoriais dos povos herdeiros de escravizados que lutaram pela liberdade.

2.1 As marcas da escravidão

No Brasil, estas comunidades surgidas nos primeiros séculos coloniais eram denominadas de mocambos e depois de quilombos. Porém, o termo quilombo só aparece na documentação colonial no século XVII. Nos canaviais nordestinos são confirmadas fugas de escravos e formação de comunidades fugitivas.

Os quilombos e mocambos se formavam quase sempre a partir dos escravos fugitivos. Dos canaviais e engenhos do Nordeste surgem as primeiras notícias de fugas de escravos e a constituição deles em comunidades. Data de 1575 o primeiro registro de um mocambo, formado na Bahia. (GOMES, 2015, p. 12)

O surgimento, os quilombos eram constituídos pelos fugitivos, atraindo repressões por parte dos senhores e preocupações aos seus donos. As notícias se espalhavam por diversas partes e atraíam novas escapadas. Os quilombos eram símbolos de transgressões à ordem escravocrata. Segundo o autor, em Pernambuco, no final do século XVII, os quilombos multiplicavam o número de habitantes.

As sociedades escravistas conheceram várias formas de protesto. Insurreições, rebeliões, assassinatos, fugas e morosidade na execução das tarefas se misturavam com a intolerância dos senhores e a brutalidade dos feitores. Chicotadas, açoites, troncos e prisões eram rotineiros. (GOMES, 2015, p. 09)

As sociedades escravistas conheceram várias formas de protesto; insurreições, rebeliões, assassinatos, fugas, execuções e intolerância dos senhores e brutalidades dos feitores. Neste contexto, havia os que escapavam e formavam comunidades se estabelecendo com base econômica e estrutura social própria.

Quanto aos ataques e defesas, no período colonial havia perseguições por parte dos capitães do mato, além de destruição de suas casas e plantações. As localidades estrategicamente escolhidas pelas comunidades quilombolas foram fundamentais para dificultar o acesso das capturas.

No século XX, os quilombos ficaram em parte invisíveis e em parte estigmatizados sua invisibilidade é datada desde o início da escravidão. Os quilombos mesmo inviabilizados não desapareceram. Após a Abolição da Escravatura, as comunidades quilombolas permaneceram no território nacional e só a partir da segunda metade do século XX os movimentos por direitos sociais aumentaram.

Nesta mesma linha, o Estado brasileiro, sob pressão de diversos setores sociais antes dissolvidos sob o olhar monolítico do nacionalismo militarista, segue a mesma tendência dos Estados europeus e institui, na Constituição de 1988, uma série de direitos que constituem irradiações do princípio da dignidade da pessoa humana: os direitos fundamentais. Ao longo da década de 1980, o fortalecimento dos movimentos negros por todo o país produziu um novo olhar sobre a memória da escravidão no Brasil e, conseqüentemente, sobre a cultura negra no país. (VOGT, 2014, p. 153)

Alguns quilombolas delimitavam seus territórios por medo de ameaças de ataques, invasões, assassinatos e assaltos; o objetivo era evitar ataque-surpresa. (GOMES, 2015). Os quilombolas situavam em montanhas ou planícies com objetivos de evitar ataques.

Com o processo de redemocratização e a intensificação dos novos movimentos sociais. Os movimentos sociais rurais, de certa maneira, impulsionaram as lutas quilombolas, assim como, os conflitos rurais pela posse da terra intensificaram no campo. Fazendeiros e posseiros, pelo Brasil afora, reprimiam as lutas sociais no sentido de incumbir os avanços da reforma agrária.

[...] numa sociedade em que se verificam permanentes conflitos entre classes e grupos, a luta pela possibilidade de silenciar/manter sistemas de referência torna-se importante porque aí se decidem orientações de condutas e de possíveis representações de mundo. (VOESE, 1997, 136)

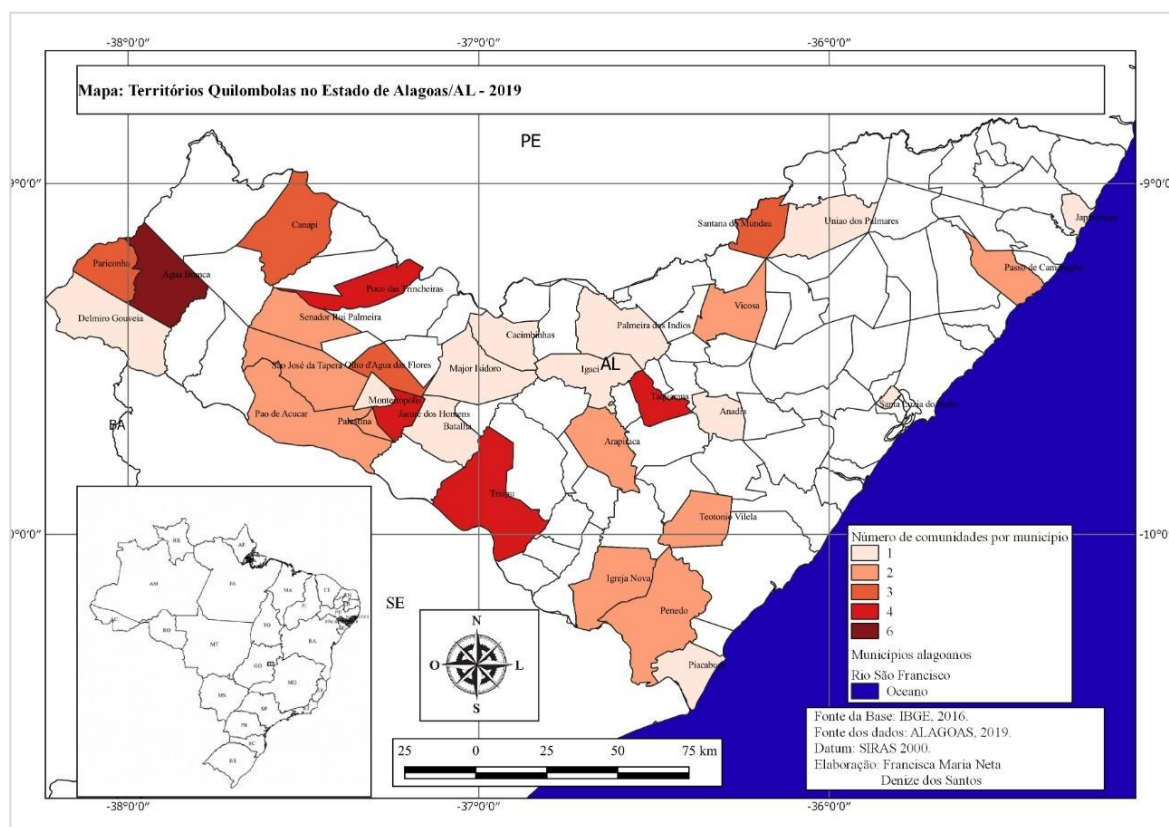
O debate sobre a reforma agrária tem articulado com a temática racial, em particular das comunidades negras e remanescentes de quilombos. A história dos quilombos, do passado e do presente, se transformou em bandeira de luta, de busca por igualdade social e reconhecimento de uma dívida social que se estende desde o início do trabalho compulsório.



Foto 13: Reunião de trabalhadores rural
Fonte: Acervo pessoal de Zezito Araújo, 2019.

Na imagem acima, percebe-se alguns trabalhadores rurais reunidos. Estas reuniões aconteceram inicialmente em parceria com alguns integrantes do Movimento Sem Terra. O processo de conquista da posse da terra foi longo, conforme seu Mauro (2019), “depois de 12 anos em barracos de lona, esperando o processo da terra começar, porque nós não tinha esperança de terra e nem de moradia”. Esse entendimento de negação e esquecimento quando analisamos o processo de auto reconhecimento do remanescente de quilombos na comunidade Tabacaria.

Neste processo a Tabacaria é a primeira comunidade quilombola a ser certificada, reconhecida e registro da terra coletiva registrada em Alagoas. Ressaltando que alguns componentes do grupo não são reconhecidos, pois no início da luta rompeu com seus pares. No mapa abaixo podemos observar a atualização dos territórios quilombolas do Estado de Alagoas.



Mapa 04: Territórios Quilombolas no Estado de Alagoas - 2019

Fonte: IBGE, 2016, EMBRAPA, 2019, Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos, 2020.

No mapa acima percebe-se um processo de lutas e conquista identificação e reconhecimento de terras quilombolas do litoral ao sertão em todo estado de Alagoas. Na luta por uma territorialidade negada, seja pelas circunstâncias espaço-temporal, seja pelas constituições historicamente construídas, a organização desse grupo perpassa por uma série de aspectos intrínsecos que pode haver divisão de perspectivas de grupos sociais reivindicando reconhecimento de direito à terra. Para Fiabani,

No espaço de liberdade, o trabalhador escravizado escapado usufruía dos produtos de seu esforço, empregado na agricultura, artesanato, caça, coleta, extrativismo, pesca, rapinagem, serviços, etc. Em forma mais ou menos sistemática, as mais diversas regiões do Brasil escravista conheceram quilombos. (FIABANI, 2005, p.11)

Compreende-se tal postura pelos valores negados, seja pelo estigma e discriminação e, principalmente, pelo direito a preservação ao seu patrimônio imaterial: seus cantos, suas danças, a religiosidade, ritos e crenças, o modo

particular de viver, os vínculos estabelecidos com a terra, às memórias de lutas, conflitos e resistência.

2.2 As memórias de um passado negado

Pensar a memória, as lembranças e o esquecimento como formas analíticas de compreender as dimensões humanas nos seus diversos espaços, sejam coletivos, individuais ou universais, são consideráveis avanços na pesquisa social. Por esse pensamento, os museus, os arquivos, sítios arqueológicos, memoriais, vilas e comunidades passam a ocupar lugar de história e de memória, mais próximos do presente, principalmente sendo convertidos em patrimônio como instrumento para pensar a história e a memória da vida social e cultural dos indivíduos, assim como, correlacionar a territorialidade com o comportamento humano; portanto, o patrimônio liga o passado ao presente.



Foto 14: Vista panorâmica do território Tabacaria
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Na imagem acima, pode ser percebida a dimensão do território quilombola, da representação das matas, do relevo e os vales. Nesse sentido o território representa também o lugar pertencimento, de construções identitárias e, sobretudo, do lugar

historicamente construído. A composição desses elementos é remetida as memórias de um povo: das lutas e batalhas, dos sucessos e fracassos, dos afetos e desafetos, enfim, a cultura de indivíduos socialmente construída.

Para compreender as ações que envolvem esses mecanismos lançamos mão do estudo das memórias construídas a partir das suas vivências e de sua historicidade. Partimos dos conceitos de Maurice Halbwachs (2006), sobre memória para elucidar as questões acerca da relação com a história, partindo da premissa de que,

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente do pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo é capaz de viver na consciência do grupo que mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo que esquece uma parte de seu passado: na realidade, há dois grupos que sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como distribuimos a matéria de uma tragédia em muitos atos. (HALBWACHS, 2006, p. 102)

Por esse pensamento, a história distingue-se da memória e atua por grupos diferentes e só retém do passado o que ainda está vivo. A obra de Halbwachs, “traçava uma clara linha divisória entre história e memória, em benefício de uma abordagem pela memória, que polidamente dispensava o historiador, reivindicando-o a seus arquivos e a sua exterioridade” (HARTOG, 2015, p.159). Entre a história e a memória há uma tênue separação, mas têm significados distintos nas formas de compreensão da realidade social.

A realidade social é, também, uma construção que se funda nas relações sociais e familiares de determinado grupo, sendo, este grupo responsável pela seleção dos eventos que a modelam. Tal seleção parte de significados que são dados aos eventos e como estes são usados, quando necessários para comprovação da sua identidade, pois como afirma Candau,

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma a outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2012, p. 16)

O pensamento de Candau será tomado também como norte nessa pesquisa, pois nos apoiaremos na sua premissa de que a memória e a identidade são

indissociáveis, intercruzadas e que uma impulsiona constantemente a outra. A memória é constituída pelas flutuações do presente, pela constituição instaurada pela sociedade que vivencia a realidade do presente. Assim, nem a história e nem a memória são capazes de resgatar o passado na sua íntegra.

A percepção da historicidade dos processos de legitimação do patrimônio e da memória que ele evoca, por parte do historiador, pode evidenciar os processos históricos e os interesses sociais e políticos que levaram os agentes a atribuir determinado valor a um objeto, pode evidenciar a formação e difusão de determinada memória sobre os eventos do passado trazendo à tona os conflitos e contradições existentes nesses processos. (PACHECO, 2017, p. 5)

Pensando nisso, nosso olhar se voltará para a maneira como o passado se faz presente nas práticas de um grupo de não letrados que se afirmam descendente de escravos, refaz seus rituais, elege seus ídolos, mitos e heróis a partir de lembranças herdadas de gerações de um passado distante sem vínculos memoriais com a sua contemporaneidade, que tanto podem ter sido ressignificadas quanto adotadas com lacunas e esquecimentos.



Foto 15: Moradores da Tabacaria reunidos

Fonte: Acervo pessoal de Zezito Araújo, 2019.

Na imagem da foto 16, podemos analisar moradores da comunidade de várias faixas etárias, desde crianças a idosos. Observa-se que o grupo apresenta uma unidade étnica, não apenas pela cor da pele, mas, sobretudo pela característica

identitárias, como perspectivas e olhares em volta de um mesmo horizonte. Por essa concepção, pode-se afirmar que a identidade é o resultado dos reflexos da memória, pois nossas características estão associadas a eventos, aprendizagens e imagens do passado. A identidade,

não é mais do que uma representação ou um estado adquirido, enquanto que a memória é uma faculdade presente desde o nascimento e a aparição da espécie humana -, torna-se difícil consentir sobre a preeminência de uma sobre a outra quando se considera o homem em sociedade. (CANDAU, 2012, p. 19)

Para isso, Halbwachs e Candau oferecerão os conceitos necessários à investigação aqui proposta. Identificada a forma como a memória influenciou a história, o passo seguinte consiste em identificar como esta memória se converteu em patrimônio e gerou a luta por demarcação e reconhecimento como povo tradicional a partir da ressignificação identitária.

Na Comunidade Tabacaria pretende-se investigar a maneira como aqueles indivíduos se apropriaram das memórias pretéritas para gerar uma identidade que lhes assegure reconhecimento étnico, direitos sociais, reviver um passado e gozar dos benefícios governamentais, mesmo que a título de indenização.



Foto 16: Significado de ser quilombola
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2013.

A imagem acima, do ano de 2013, momento em que a conquista pelo território quilombola ainda estava em processo de efetivação, neste momento, as casas dos moradores ainda eram de taipa e a compreensão do que é ser quilombola ainda estava em processo de internalização dos quilombolas. Nos dizeres dos quilombolas Gerson, diz ele:

Nunca tinha ouvido falar em quilombola, mas veio uma doutora dizer que somos quilombola, que descendemos de Zumbi dos Palmares e que temos direito a um pedaço de terra. Daí começou toda a explicação de nossos direitos, e a gente começou a entender isso. Hoje temos um pedaço de terra e tamos na boca do céu. (Gerson Paulino dos Santos, 2013)

Pensar a memória, as lembranças e o esquecimento como formas analíticas de compreender as dimensões humanas nos seus diversos espaços, sejam coletivos, individuais ou universais, são consideráveis avanços na pesquisa social. Por esse pensamento, os museus, os arquivos, sítios arqueológicos, memoriais, vilas e comunidades passam a ocupar lugar de história e de memória, mais próximos do presente, principalmente sendo convertidos em patrimônio como instrumento para pensar a história e a memória da vida social e cultural dos indivíduos, assim como, correlacionar a territorialidade com o comportamento humano; portanto, o patrimônio liga o passado ao presente.

Retomando o pensamento de Hartog a respeito do patrimônio para compreender a memória e a identidade, na assertiva de que “o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam ambos como vetores da identidade: a palavra-chave desde os anos de 1980” (HARTOG, 2015, p. 195). Destarte, patrimônio, memória e identidade são conceitos centrais e indissociáveis nessa pesquisa que busca investigar a compreensão que os quilombolas, objeto desse estudo, têm de si e do seu território.

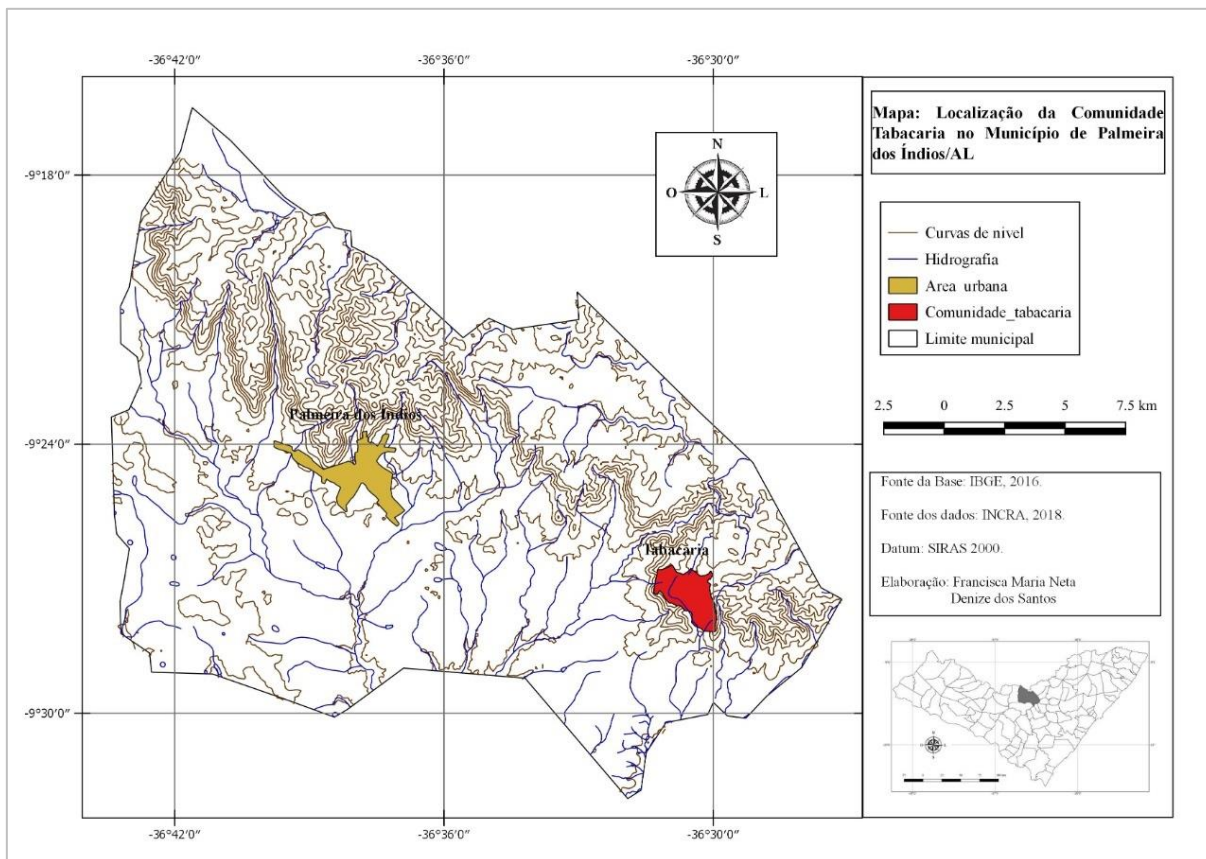


Foto 17: Casas de quilombolas não reconhecidos
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Na luta por uma territorialidade negada, seja pelas circunstâncias espaço-temporal, seja pelas constituições historicamente construídas, a organização desse grupo perpassa por uma série de aspectos intrínsecos que pode haver divisão de perspectivas no seio do próprio grupo. Justifica-se esse entendimento de negação e esquecimento quando analisamos o processo de autoconhecimento do remanescente de Quilombos na comunidade Tabacaria, em que alguns componentes do grupo não se permitiram ser reconhecido, tendo rompido com seus pares. Neste sentido:

Do mesmo modo que qualquer processo social, a valorização do espaço também se transforma historicamente, nesse sentido em que é também um processo histórico. Suas manifestações concretas ocorrem guiadas por determinações gerais do modo de produção em que estão contidas. (MORAES, 2005, p. 43)

Nesse contexto, mergulhar no universo dos quilombolas da comunidade Tabacaria, necessita de adentrar nas veredas do alto da serra onde habitam um povo descendente de escravos, que por um longo período, foi sucumbido aos mandos dos ditos donos da terra.



Mapa 05: Localização da Comunidade Tabacaria no Município de Palmeira dos Índios

Fonte: IBGE, 2016, EMBRAPA, 2019, Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos, 2020.

Conforme o mapa acima, a comunidade quilombola Tabacaria pertence a área rural do município de Palmeira dos Índios. Fica situada num espaço serrano, de modo que em tempos chuvosos, é de difícil acesso. Antes da conquista dos quilombolas, as terras devolutas eram ocupadas por fazendeiros da região. Mesmo depois da abolição da escravidão, os negros trabalhavam na lógica da servidão.

Na Comunidade Tabacaria a maneira como aqueles indivíduos se apropriaram das memórias pretéritas para gestar uma identidade que lhes assegure reconhecimento étnico, direitos sociais, reviver um passado e gozar dos benefícios governamentais, mesmo que a título de indenização. Para isso, Halbwachs e Candau oferecerão os conceitos necessários à investigação aqui proposta. Identificada a forma como a memória influenciou a história, o passo seguinte consiste em identificar como esta memória se converteu em patrimônio e gerou a luta por demarcação e reconhecimento como povo tradicional a partir da ressignificação identitária.

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como sotaque, são um caso particular das lutas de classificação, lutas pelo monopólio de fazer ver o que crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. (BOURDIEU, 2005, p. 113)

Pensando nisso, nosso olhar se voltará para a maneira como o passado se faz presente nas práticas de um grupo de não letrados que se afirma descendente de escravos, refaz seus rituais, elege seus ídolos, mitos e heróis a partir de lembranças herdadas de gerações de um passado distante sem vínculos memoriais com a sua contemporaneidade, que tanto podem ter sido ressignificadas quanto adotadas com lacunas e esquecimentos. O passado de negros que viveram histórias de trabalho escravo, maus tratos, direitos cerceados são referências negativas que produzem lembranças que podem ser lembradas ou esquecidas conforme a realidade posta nas relações vivenciadas pelos negros no presente.

Retomando o pensamento de Hartog a respeito do patrimônio para compreender a memória e a identidade, na assertiva de que “o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam ambos como vetores da identidade: a palavra-chave desde os anos de 1980” (HARTOG, 2015, p. 195). Destarte, patrimônio, memória e identidade são conceitos centrais e indissociáveis nessa pesquisa que busca investigar a compreensão que os quilombolas, objeto desse estudo, têm de si e do seu território.

A história dos quilombos, do passado e do presente, constitui-se em bandeira de luta. No período colonial, o Quilombo dos Palmares representa a maior revolta de negros em busca por liberdade. Essa referência serviu de argumento para muitas comunidades contemporâneas remanescentes da República do Palmar; em que Zumbi representa o símbolo de resistência que impulsiona e justifica as constantes batalhas em busca de uma identidade étnica.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e o esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9)

Para Diehl, “na atualidade, estamos vivenciando uma profunda virada nos modos de pensar e reconstruir o passado.” (DIEHL, 2002, p. 112) No processo de identificação dos quilombolas da Tabacaria, alguns rejeitaram o pertencimento às memórias dos antepassados, por essas memórias causarem rupturas com as relações com outros grupos, através da associação ao estigma, racismo e exclusão.

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente do pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que mantém. (HALBWACHS, 2006, p. 102)

Os remanescentes da Tabacaria por longo período silenciaram suas memórias e referências identitárias. Os moradores da comunidade, nas suas lembranças, relatam que trabalhavam para os fazendeiros locais e faziam plantio de fumo para o próprio consumo nas áreas adjacentes. A relação de trabalho como os fazendeiros após a abolição era caracterizado pela a servidão e sem direito à posse da terra, como isso, as lembranças de um passado remoto de sofrimento estão presentes nas práticas sociais deste grupo. Para Halbwachs,

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30)

As interações entre outros grupos sejam étnicas, econômicas e socioculturais, evidenciam lembranças, individuais ou coletivas, que fortalecem o pertencimento a este ou aquele grupo. As práticas culturais com identificações coletivas do grupo constituíram um território que é “em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação.” (RAFFESTN, 1993, p. 144 e 148) É um lugar de pertencimento que para os integrantes da comunidade os moradores confeccionavam um cigarro artesanal que os denominavam de tabaco; passando a ser identificados com da comunidade Tabacaria. Pois,

De fato, memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o movimento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente. (CANDAU, 2012, 19)

Portanto, optar pela análise que dar voz aos não letrados “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional.” (POLLAK, 1989, p. 04) Assim, remeter memórias e dos remanescentes quilombolas reforça a construção de uma identidade dos pertencentes à Tabacaria.

A ideia de que “o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do Século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem” (CHOAY, 2006, p. 240), acreditamos que o passado não se reflete integralmente no presente, pois a imagem que se nos aparece é resultado da ação do tempo e da soma de elementos que ele agrega.

2.3A identidade coletiva na construção de um lugar social

A reflexão em torno do projeto de construção da identidade nacional e local em detrimento dos países hegemônicos deve refletir na postura de todo cidadão através de sua memória coletiva. Memória coletiva, de acordo com Le Goff, “são as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação de memória.” (LE GOFF, 2003) Elemento essencial para compreender a identidade social da cultura local.

Ser quilombola é a pessoa mesmo se identificar e se declarar [...] Quilombola é aquelas famílias que foram se espalhando e depois viram se juntando [...] Então a distância e a junção são quilombo [...]. Então a família que se junta, a família que se declara e permanece naquele meio como quilombola. (Eilson Paulino dos Santos, 2019)

As comunidades quilombolas contemporâneas em Alagoas que viveram um longo período de invisibilidade, hoje estão identificadas no mapa das comunidades quilombolas em Alagoas. Dentre as comunidades identificadas, a comunidade

quilombola Tabacaria foi a primeira a ser certificada e conquista do título de posse da terra.

Povoado Tabacaria foi a primeira comunidade no Estado de Alagoas que reivindicou seu reconhecimento oficial como quilombola. O quilombo contou com uma corajosa e dedicada iniciativa de jovens e adultos que pesquisaram e registraram as histórias contadas pelos mais velhos, confiando que, por meio dessa memória sobre a valentia e a resistência à escravidão pelos seus ancestrais, conseguiriam fazer 'emergir a força de Palmares' favorecendo sua luta atual. (ESTELA DA COSTA, 2015, p. 08 e 09)

A significação identitária latente que estão presentes na memória coletiva e carecem de manifestações sociais. Conforme HALL, "o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas." (HALL, 2011, p. 85) O longo processo de luta na Tabacaria foi marcado por resistência e privações de necessidades básicas à condição humana, uma disputa envolvendo interesses de grupo dominantes que não aceitavam ser enfrentados.

Em um esforço conjunto os quilombolas constroem uma dinâmica própria onde a força do lembrar é condição essencial para se manter na terra; e na construção dessa nova identidade que é ser quilombola, na luta pela terra para a construção de um novo território também constroem outra identidade a de um sujeito histórico que agora pode e vai contar a construção do seu lugar. (SILVA, 2013, p. 114)

Dentre as comunidades acima identificadas, a comunidade remanescente Quilombola Tabacaria situa-se zona rural do município de Palmeira dos Índios no agreste de alagoano. A Comunidade por longo período perdeu suas memórias referências identitárias de matriz afro-brasileira. Dentre as práticas identitárias na Tabacaria, a banca de pífano é ressignificada como uma manifestação da cultura dos antepassados, conforme observamos na foto 19.



Foto 18: Banda de Pífano
Fonte: Acervo digital, 2019.

Para Candau, as identidades “[...] são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações socio-situacionais - situações, contexto, circunstâncias - de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de ‘visões de mundo’ identitárias ou étnicas”. (CANDAU, 2012, P. 27) Por esse pensamento, com as mobilizações coletivas o grupo se fortaleceu e se construiu enquanto uma identidade de negros descendentes de homens escravizados que lutaram por liberdade.

Nesse sentido, para justificar o pertencimento às referências das tradições afro-brasileiras, os quilombolas da comunidade passaram a perceber nos traços mais peculiares de suas ações culturais, que até então, foram negadas pelo processo de desvalorização das suas referências ancestrais.



Foto 19: Dona Vicentina na luta pelo reconhecimento
Fonte: Acervo de Liliâne Santos da Rocha, 2019.

A imagem acima é de Dona Vicentina senhora mais idosa no momento do início da luta pela posse da terra, ela acompanho todo processo de lutas e conquista de seus direitos. Numa entrevista concedida a Liliâne Santos da Rocha em 2014, ela disse: “hoje em dia todo mundo tá rico, no meu tempo não existia nada disso nem aposentadoria nem nada, nos tinha que trabalhar levava os filhos pra ajudar botar uma rocinha pra arrumar um bocadinho pra comer [...] Dona Vicentina, 2014.” (Apud: ROCHA, 2019, p.21) Dona Vicentina foi uma das pessoas mais velhas da comunidade (faleceu com 102 no dia 18 de dezembro 2017); antes de partir pode acompanhar a conquista de alguns dos seus direitos.

Os remanescentes quilombolas da comunidade Tabacaria, no decorrer da sua historicidade, viveram à sombra da prestação de serviços prestados aos fazendeiros, tido como donos das propriedades. No processo de luta e conquista,

consolida a regulamentação, identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas.

O direito as terras da Tabacaria no entendimento dos quilombolas é garantido pelo trabalho não pago aos seus pais, avós e bisavós, pela baixa remuneração; pelo trabalho de graça que os seus antepassados deixaram juntamente com a memória de perdas de parentes pela fome por motivo da intensa situação de miséria em que viviam e vivem. (SILVA, 2013, p. 114)

Nesse processo, a identidade coletiva quilombola passa a ser respeitada, não de forma totalitária, mas no sentido de visibilizar os traços de suas referências até então desprezadas pelas referências ideológicas incutidas pelos dominantes na formação social brasileira. De acordo com a Constituição,

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece que 'aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Garante-se, pois, o direito de possessório das terras ocupadas e herdadas por seus antepassados. (GOMES, 2018, p. 373)

A garantia constitucional válida para a comunidade quilombola da Tabacaria um território de conquista identificado por direitos negados aos seus antepassados. O espaço geográfico para representar de luta por direitos negados historicamente, assim como, um espaço de conquista jamais sonhado por esses trabalhadores rurais tão renegados principalmente pela comunidade local.

Compreende-se tal postura pelos valores negados, seja pelo estigma e discriminação e, principalmente, pelo direito a preservação ao seu patrimônio imaterial: seus cantos, suas danças, a religiosidade, ritos e crenças, o modo particular de viver, os vínculos estabelecidos com a terra, às memórias de lutas, conflitos e resistência.

As relações de trabalho são, de certa maneira, modificadas em relação à tomada de consciência da posse da terra. Seja através dos programas sociais implementados na comunidade, seja pela autonomia das tomadas de decisão com a labuta da lavoura, ou até mesmo, pelo resgate da auto identificação de pertencimento a uma etnia que, nesse momento, representa positivamente a existência e sobrevivência da comunidade.

Não obstante, a ligação que os quilombolas da Tabacaria têm com a terra advém não somente do trabalho, o território reivindicado por eles é o elo com seus ancestrais. No passado, “o quilombo tinha portanto como justificativa de existir essa resistência radical por parte do ser escravizado, era um módulo de protesto organizado, o qual variava de tamanho e de particularidades, região, detalhes, etc.” (MOURA, 2001, p. 106) A busca por uma identidade que se perdeu no decorrer da sua historicidade ressurgiu nas referências culturais do passado.

Para Hall, “a prática de reduzir as culturas do povo negro à natureza, ou naturalizar a ‘diferença’ foi típica dessas políticas racializadas da representação.” (HALL, 2016, p. 171) Nesse sentido, a lógica que fortalece a polarização étnica é justificada pela naturalização do trabalho escravo e/ou servil do negro, e a luta por reconhecimento de direitos é constante; seja no passado, seja no presente.

Apesar das conquistas representarem um avanço histórico, a luta na atualidade perpassa pela necessidade de melhores condições de vida. Uma luta que se inicia a partir de movimentos sociais, principalmente do movimento sem-terra, que toma proporções de referências étnico-raciais.

Atualmente, o quilombo localiza-se a apenas 18 quilômetros do centro comercial de Palmeira dos Índios, e há pessoas que trabalham em diferentes setores na cidade – no turismo, em atividades industriais, prestando serviços variados, inclusive na área de educação. Os moradores dependem hoje em dia de salários para viver, e as condições são bastante precárias. (ESTELA DA COSTA, 2015, p. 08 e 09)

A comunidade Tabacaria, apesar de representar a que se encontra em melhores condições, sobrevive basicamente dos programas sociais do Governo Federal, além do plantio de subsistência. Faltam-lhes recursos para manter as vestimentas que proporcionem uma divulgação digna perante a sociedade, a exemplo da confecção de vestimentas do reisado para os integrantes do grupo.

Para justificar o pertencimento às referências das tradições afro-brasileiras, os quilombolas da comunidade passam a perceber nos traços mais peculiares de suas ações culturais, que até então foram negadas pelo processo de desvalorização das suas referências ancestrais. Portanto, a justificativa perpassa pela história dos quilombos coloniais, em especial, o quilombo dos Palmares. Assim,

O escravo quilombola do Quilombo dos Palmares formava uma comunidade de negros e mestiços de baixa estamentalidade, fugidos de trabalho involuntário das plantations de cana de açúcar, de tabaco e de roçados de raízes (mandioca, batata-doce e cará). A figura de um ser social estamental, desprotegido de bens patrimoniais e de vínculos de famílias duráveis, vivendo em comunidades mocambeiras nas matas úmidas de Alagoas do sul, de Alagoas do Norte, nas cabeceiras de Porto Calvo, e de Quipapá, Cucaú e Serinhaém, parece que se mostra mais viável para ser um estado de escravidão do século XVII no antigo Pernambuco. (LINDOSO, 2011, p. 63 e 64)

Os remanescentes de quilombos contemporâneos remetem a seu passado marcado pelo processo de escravização e de luta por um lugar de liberdade. Em geral, as comunidades remanescentes de quilombos apesar de mapeadas e certificadas como quilombolas em Alagoas, ainda encontram-se desassistida de direitos fundamentais de moradia, saúde, assistência técnica e social do poder público. Para Gomes,

Ainda assim, muitas comunidades têm enfrentado problemas, motivados, entre outros fatores, pela morosidade dos órgãos estaduais e federais na titulação definitiva de suas terras, na lentidão dos processos que garantem seus territórios e reconhecem a importância dessa que é uma cultura ancestral. (GOMES, 2018, p. 373)

Tal situação coloca em risco as conquistas efetivadas, correndo o risco de uma volta a invisibilidade das referências tradicionais e patrimoniais. A busca dos valores identitários e manifestações culturais, religiosas e dos saberes construídos; tais como, o reisado, as cantigas, as rezas, as rodas de conversas, os causos, etc.



Foto 20: Grupo de Reisado da comunidade Tabacaria
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Para entender as práticas identitárias da comunidade Tabacaria, grupo de reisado da comunidade é composto pela família de Gerson Paulino da Silva. Na imagem acima percebe-se a preocupação do patriarca em manter a tradição presente nas gerações; uma prática que se passa de pai para filhos. Participam do grupo, esposa, filhos e netos.

Aqui nois tem a banda pife, aqui na terra, tem o reisado e tem o calambré aqui dentro e tem os pontos históricos tudim, redor aqui. Todo mundo que vem procura saber! Qual é a tradição dos quilombolas da Tabacaria? Eu digo: Ó! É o reisado, a banda de pifi, é o ponto histórico, é o calambré... eu procuro sempre dizer que tem, se não tiver, não comprova não. (Gerson Paulino da Silva, 2019).

As práticas culturais presentes no cotidiano dos quilombolas Tabacaria são a continuidade de elementos identitários construídos historicamente. Porém, a compreensão desses elementos pelos quilombolas são fundamentais para que eles se reconheçam como sujeitos da sua história. Os fortalecimentos desses elementos culturais legitimam o direito à posse da terra.



Foto 21: Dona Maria do Candomblé
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Apesar dos praticantes do candomblé não ter um espaço específico, como visto na imagem acima, a casa de Dona Maria, acontece a prática da religião afro brasileira. Para Dona Maria, “eu boleei muito com essas coisas, de 15 anos até a data de hoje, 68 anos, mas nunca deixei, parei mas continuei de novo” (Maria dos Santos Nascimento, 2019). As reuniões acontecem em sua casa pelo fato dos praticantes não terem recursos financeiros de construir um espaço apropriado.

Portanto, no momento em que os quilombolas da Tabacaria se enxergaram como sujeitos histórico eles compreendem, na sua maioria, que podem visualizar um horizonte de conquistas por reconhecimento de um passado injustamente construído pela a sociedade escravocrata que usurpou do povo negro a dignidade humana.

CAPITULO III

RESISTÊNCIAS DOS QUILOMBOLAS DA TABACARIA

O estudo sobre os quilombos contemporâneos no Brasil é fundamental para compreender o processo de luta dos povos negros em busca da cidadania. O contexto social de suas lutas possibilita um entendimento mais amplo da historicidade do processo histórico do negro, em especial, da virada do século XX para o século XXI.

Os quilombos povoaram o imaginário da nação brasileira, sendo evocados, em distintos contextos históricos, tanto para desqualificar e reprimir modalidades alternativas de gestão de espaço e de vida como para inspirar e sinalizar mobilizações políticas. No Brasil contemporâneo não é diferente. (MELLO, 2012, p. 33)

O processo de democratização das políticas sociais a partir da Constituição de 1988, teve uma importância fundamental na visibilidade de povos como negros, quilombolas, índios e movimentos sociais em geral. As lutas sociais por direitos à igualdade e proteção social nos finais dos anos 1990 do século XX e início do século XXI revelaram o desequilíbrio étnico, social e econômico de um país com raízes escravocrata e patrimonialista.

As disputas pelas memórias de negros escravizados para o reconhecimento de direitos e reparação de dívida social foram impulsionadas a partir da promulgação da Constituição de 1988. De acordo com a Constituição, no Capítulo II - Dos Direitos Sociais:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 6/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (EC no 20/98, EC no 28/2000, EC no 53/2006 e EC no 72/2013) (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988, 2016, p. 19)

A partir dos debates da Constituinte e a efervescência política a agenda das minorias que a luta quilombola passa a ser incorporadas às demandas políticas públicas. As atuais comunidades remanescentes de quilombos no Brasil estão de

norte a sul do país. A articulação política quilombola é identificada pela disputa por reconhecimento, cidadania, terras e políticas públicas.

Os remanescentes quilombolas da Tabacaria, desde o final dos anos de 1990, vêm travando uma luta como os fazendeiros locais pelo direito à posse da terra e reparação da dívida histórica os descendentes de povos escravizados. Indagamos como remanescentes de quilombos da Tabacaria têm disputado as memórias e as identidades nas conquistas territorial e sonho de liberdade?

Neste busca-se analisar o processo de mobilização dos quilombolas por um reconhecimento identitária e por um território socialmente construído como argumento legal para a conquista da posse da terra. Assim, busca-se entender a construção identitária alinhavada pelo cotidiano de cada indivíduo na construção de uma memória coletiva no processo de construção territorial, assim como, apresentar as políticas de proteção social que foram viabilizadas pela efetivação pelos governos democráticos do período de 2005 a 2014.

3.1 O processo de mobilização por reconhecimento

Por esse argumento, o Quilombo dos Palmares representa a maior revolta de negros no período colonial, servindo de argumento para as muitas comunidades contemporâneas remanescentes da República do Palmar; em que Zumbi representa o símbolo de resistência que impulsiona e justifica as constantes batalhas em busca de uma identidade étnica.

E as comunidade quilombolas que não existiam, eu digo, o governo não tinha nenhuma política pública para essas comunidades [...] o meu conceito de quilombola, não me apego muito a o conceito dado por alguns acadêmicos, ele não condiz com a realidade dessas comunidades. Um quilombola de Alagoas ele é totalmente diferente do quilombola do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, de São Paulo, sabe. Eu tenho dito que para o meu entendimento de quilombola, ele não pode ser visto de fora para dentro, para mim é um erro terrível com isso, porque as pessoas não se veem como quilombola, mesmo ele tendo a compreensão do que é um território quilombola. Ele primeiro se ver enquanto negro, enquanto discriminado. (Zezito de Araújo, 2019)

No processo de identificação e reconhecimento das Comunidades remanescentes de Quilombolas, o território alagoano é historicamente reconhecido como o local de maior referência de revoltas de negros no período colonial, ainda

pertencente à Capitania de Pernambuco. Não obstante, as terras que hoje constituem o Estado de Alagoas, foram no passado colonial, um espaço propício a refúgios de escravizados.

Eu tive a honra de visitar comunidades desde Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul até o Pará e, uma coisa é comum a elas, a violência do racismo à falta de políticas públicas que chegue até eles, e assim, muitas vezes a falta de compromisso dos políticos. Eu tive a oportunidades de visitar comunidades que jamais tinha chegado a ela governos de qualquer nível, seja municipal, estadual ou federal. Tinha comunidade indígena que o governo chegava, que a marinha chegava, mas para a comunidade quilombola não chegava. Então, essas atitudes e essa experiência, ela nos mostra e fortalece o que a gente vem dizendo que aqui não há essa democracia racial que tanto se fala. (Maria Bernadete Lopes da Silva, 2020)

Maria Bernadete Lopes da Silva, Diretora de Proteção ao Patrimônio Afro Brasileiro, nos anos de 2003 a 2008, representa para os quilombolas da Tabacaria de justiça. Do alto da serra o quilombola visualiza um horizonte de esperanças:



Foto 22: O futuro das crianças quilombolas

Fonte: Acervo pessoal de Zezito Araújo, 2019.

A imagem acima, é identificada na expressão e no olhar de cada integrante do grupo aspectos de inibição, inquietação e esperança. As Comunidades quilombolas contemporâneas em Alagoas que viveram um longo período de invisibilidade, ressurgem num novo contexto político, social e cultural. Porém, as disputas territoriais continuam presentes na atualidade.

O conceito de quilombo que na atualidade se adequa ao contexto dessas comunidades, é o de percebê-las como forma de organização, de luta, de um espaço conquistado e mantido através de gerações. As comunidades quilombolas representam a possibilidade de um direito a ser reconhecido. (COSTA, 2014, p.32)

A comunidade remanescente Quilombola Tabacaria situa-se zona rural do município de Palmeira dos Índios no agreste alagoano. A Comunidade por longo período perdeu suas memórias e referências identitárias de matriz afro-brasileira, mas a partir da última década do Século XX, por iniciativas de políticas reparatórias e de promoção da diminuição das desigualdades étnico raciais, a comunidade é identificada como a comunidade com maior nível de articulação na consolidação do processo de posse da terra no Estado de Alagoas.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território (RTID) é o documento final apresentado ao INCRA ou FUNAI para que assim possa subsidiar estes Órgãos nas discussões oficiais, quanto aos pleitos de reconhecimento de identidade e demarcação de território destes povos. O RTID apresenta informações históricas, antropológicas, socioeconômicas, fundiárias, cartográficas, geográficas, ambientais e ocupacionais para fins de regularização fundiária das terras ocupadas tradicionalmente de remanescentes de quilombos e de povos indígenas. (SILVA, 2010, p. 46)

Os moradores da comunidade, nas suas lembranças, relatam que trabalhavam para os fazendeiros locais e faziam plantio de fumo para o próprio consumo nas áreas adjacentes. Com essa prática, os moradores confeccionavam um cigarro artesanal que era denominado de *tabaco*; passando a ser identificados com da comunidade tabacaria. No entanto, não há um registro oficial dessa referência, mas oficialmente a localidade é denominada de Tabacaria.



Foto 23: Furna dos Negros

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

A imagem acima simbolicamente representa o santuário de figa dos escravos. Lugar onde os negros faziam sua morada e, principalmente, seu esconderijo. A furna fica na reserva quilombola e de difícil acesso, e por essa razão foi um lugar seguro para as fugas dos escravos.

Escondido do fazendeiro, que era dono disse daqui, escondido, lá dentro da pedra socado os quilombola quando vinha fugido da Serra da Barriga, vinha pela a Viçosa, saía em Tanque D’Arca, saía no Cabaceira e saía nesta mata aqui. Quando era 12 hora da noite ia tudo caladinho, para dança o candobré, no pé de trapiá, fazia aquela roda. (Gerson Paulino dos Santos, 2019)

O argumento que justifica a luta pelo direito da posse de terras é relacionado à herança histórica e étnica do Quilombo dos Palmares. Conforme a foto a seguir, a luta por direito a posse da terra na comunidade Tabacaria tem assembleia oficial em 2006.

Foi na ocupação mesmo. A gente vivia fora daqui obviamente e participamos da ocupação de terras do MST e havia brigas e mortes, mas aqui não houve. A comunidade em si já viviam aqui e fizemo parte dela, veio um pessoal da Fundação Cultural Palmares e disse: Olhe, não tem problema nenhum que vocês ficar aí, o problema é vocês ajudar a eles ficar na terra e quererem ser quilombola. (Amaro Felix Filho, 2020)

O discurso do movimento quilombola contemporâneo tem respaldo na legislação constitucional. De acordo com o Presidente dos Agricultores da

Comunidade, “a gente só ouvia o povo falar quilombola, quando foi em 2005, na entrada de 2004 para 2005 daí nois foi para Maceió para um evento, daí nois ficou sabendo que quilombola era descendente de escravo.” (Aloísio Caetano da Silva, 2020) Momento em o movimento quilombola na comunidade foi intensificado.



Foto 24: Assembleia de Regularização do Território - 2006
Fonte: Alexandre Cambraia N. Vaz, 2015.

A ação coletiva motivada por moradores oriundos da comunidade Tabacaria e por lideranças camponesas deram início a um processo de reivindicações por reconhecimento do território como propriedade de remanescente de quilombos. De acordo com a imagem acima, os remanescentes se apropriando conjunto de valores e referências que os fazer ser reconhecidos como descendentes de negros escravizados.

Tabacaria tem uma coisa bem peculiar referente às outras comunidades, porque normalmente as comunidades quilombolas, elas lutam pelo local exatamente onde estão. Ali em Tabacaria, por eles serem absolutamente discriminados eles acabaram tendo que fazer um acampamento para marcar território que uns caras tinham feito um empréstimo para comprar a terras e não pagaram um real por isso né! E naturalmente a terra para o Banco do Nordeste Lá quando eles perceberam que a gente tava entrando com um processo eles resolveram entrar na justiça para receber o dinheiro, eles entraram na justiça para receber. Eles sequer conheciam a terra. (Maria Bernadete Lopes da Silva, 2020)

As terras em disputa invadidas os fazendeiros eram devolutas e usadas como valor de moeda para aquisição de benefícios dos cofres públicos em valor dos mais ricos. Além de se apropriar de terras indevidas, exploravam o trabalho dos negros moradores da região. Comunidade quilombola Tabacaria, localizada na área serrana da zona rural do município de Palmeira dos Índios só veio a ser reconhecida posteriormente à promulgação da constituição de 1988. Para Lopes (2020),

a Constituição, a Carta, ela é de fato uma Constituição cidadã. Agora, por incrível que pareça a Constituição deixou de cumprir um de seus artigos, quando se trata do artigo relativo a terras de remanescentes de quilombo. Por que tá lá dito que qualquer artigo transitório, passados 10 anos ele passa para o texto da constituição, ele deixa de ser transitório, e o 67 nunca deixou de ser transitório. (Maria Bernadete Lopes da Silva, 2020)

A respeito do O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como instrumento de reparação: território, identidade e políticas de reconhecimento, “busca, antes de tudo, preservar a identidade cultural do grupo-alvo, identidade essa que estaria ameaçada de extinção na ausência de políticas públicas voltadas para sua preservação e perpetuação.” (VOGT, 2014, 156) Compreende-se que as reivindicações dos negros por direitos sociais são constantes e permanente.

Regularizar as terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos constituiu-se num dos maiores desafios do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que revogou o anterior de número 3.912, de 10 de setembro de 2001, assegurou conquistas importantes para as comunidades quilombolas. Inúmeras inovações legais foram implementadas, de modo a privilegiar a edificação de um novo ramo do direito, o direito étnico, já prevaiente em legislações comparadas como a da Austrália, Nova Zelândia e América do Norte, mas inusitado no Brasil. (LEITE, 2005, p. 98)

O discurso do movimento quilombola contemporâneo tem respaldo na legislação constitucional. Para Gomes (2015), “no Brasil dos últimos anos, o debate sobre a reforma agrária tem se articulado às temáticas da questão social, em particular das comunidades negras rurais e remanescentes de quilombo. (GOMES, 2015, p. 126) Os movimentos sociais emblemáticos nos anos de 1980 alicerçou a luta dos trabalhadores rurais, assim como a luta pela reforma agrária.

Foi na ocupação mesmo. A gente vivia fora daqui obviamente e participamos da ocupação de terras do MST e havia brigas e mortes, mas aqui não houve. A comunidade em si já viviam aqui e fizemos parte dela, veio um pessoal da Fundação Cultural Palmares e disse: Olhe, não tem problema nenhum que vocês fiquem aí, o problema é vocês ajudar a eles ficarem na terra e quererem ser quilombola. (Amaro Felix Filho, 2020)

A ação coletiva motivada por moradores oriundos da comunidade Tabacaria e por lideranças camponesas deram início a um processo de reivindicações por reconhecimento do território como propriedade de remanescente de quilombos. De acordo com a imagem acima, os remanescentes se apropriando conjunto de valores e referências que os fazem ser reconhecidos como descendentes de negros escravizados.

Tabacaria tem uma coisa bem peculiar referente às outras comunidades, porque normalmente as comunidades quilombolas, elas lutam pelo local exatamente onde estão. Ali em Tabacaria, por eles serem absolutamente discriminados eles acabaram tendo que fazer um acampamento para marcar território que uns caras tinham feito um empréstimo para comprar a terras e não pagaram um real por isso né! E naturalmente a terra para o Banco do Nordeste Lá quando eles perceberam que a gente tava entrando com um processo eles resolveram entrar na justiça para receber o dinheiro, eles entraram na justiça para receber. Eles sequer conheciam a terra. (Maria Bernadete Lopes da Silva, 2020)

As terras em disputa invadidas os fazendeiros eram devolutas e usadas como valor de moeda para aquisição de benefícios dos cofres públicos em valor dos mais ricos. Além de se apropriar de terras indevidas, exploravam o trabalho dos negros moradores da região.

Inicialmente as condições de sobrevivência dos quilombolas eram de extrema precariedade. Os moradores da comunidade trabalhavam para os fazendeiros da localidade, em condições de extrema necessidade. Ao romperem com as relações de trabalho com os fazendeiros, as condições de sobrevivência ficaram ainda mais difíceis, pois já não podiam contar mais com o trabalho nas fazendas e nem usufruir das benéficas advindas da terra.



Foto 25: *Barracos de lona*

Fonte: Acervo da Associação de Moradores da Tabacaria, 2017.

Os quilombolas que aderiram ao movimento passaram a morar em barracos de lonas. O momento de mobilização foi bastante difícil e de resistência: os quilombolas sofreram muita discriminação dos não quilombolas e até de representantes políticos, Conforme a entrevistada Maria Bernadete Lopes da Silva (2020), “o prefeito passavam com a água pelo acampamento onde tava o pessoal e ia lá para Vila entregar água e deixava o pessoal aqui com sede.” Neste momento, a atuação dos técnicos, principalmente da Fundação Cultural Palmares foram fundamentais para o fortalecimento da luta. Conforme Mello,

se é impossível precisar com certeza absoluta como a mobilização de comunidades negras rurais resultou na criação de um artigo constitucional que reconheceu como sujeitos de direitos os remanescentes das comunidades de quilombos, é inegável que as referências aos quilombos foram uma das formas pelas quais as percepções sobre as desigualdades raciais e sobre a necessidade de políticas compensatórias que efetivassem, finalmente, os direitos negados à população negra após a emancipação, foram canalizadas. (MELLO, 2012, p. 37)

A comunidade sobrevive basicamente dos programas sociais do Governo Federal, além do plantio de subsistência. Faltam-lhes recursos para manter as

vestimentas que proporcionem uma divulgação digna perante a sociedade, a exemplo da confecção de vestimentas de suas danças para os integrantes do grupo.



Foto 26: Casa de Taipa
Fonte: Tribuna do Sertão, 2014.

As casas dos moradores da comunidade, conforme a imagem acima, eram mocambos feitas de taipa. Algumas cobertas com telhas; as condições de moradia eram bastantes precárias. De acordo com as imagens acima, as crianças ficavam convivendo no ambiente disponível sem nenhuma proteção higiênica.

São quase 400 pessoas, entre crianças, jovens e idosos morando debaixo de barracos feitos com pedaços de pau e coberto por uma lona. Água encanada não existe, energia elétrica chega por meio de gambiarras e arranjos feitos com pedaços de fios emendados. A escola mais próxima para as crianças estudarem ficam numa distância de 14 km da comunidade. (Jornal Tribuna do Sertão, 20 de novembro de 2014)

O processo de mobilização foi bastante árduo e as condições precárias eram constantes na comunidade; as famílias ficaram expostas a chuvas, calor, poeira, ausências de infraestrutura básica. Não obstante, a ligação que os quilombolas da Tabacaria têm com a terra advém não somente do trabalho, o território reivindicado por eles, é o elo com seus ancestrais

3.2A conquista pela posse da terra

A terra representa para a comunidade um espaço de conquista jamais sonhado por esses trabalhadores rurais tão renegados principalmente pela comunidade local. Portanto, apesar das conquistas representarem um avanço histórico, a luta na atualidade perpassa pela necessidade de melhores condições de vida.

A despeito da resiliência da interpretação segundo a qual o Brasil constitui um exemplo de democracia racial, diversas perspectivas vêm demonstrando, ao longo das últimas décadas, o quanto esta ideia esconde não apenas práticas de preconceitos cotidianas e institucionais, mas também a existência de desigualdades enormes entre brancos e negros, decorrentes do passado escravista do país. (VISCARDI; PERLATTO, 2018, P. 459)

Uma luta que se inicia a partir de movimentos sociais, principalmente do movimento sem-terra, que toma proporções de referências étnico-raciais, correndo o risco de haver uma estagnação por conta das políticas, tanto internas da comunidade, como das entidades oficiais que se ausentam em momentos posteriores ao processo judicial.

Na luta por uma territorialidade negada, seja pelas circunstâncias espaço-temporal, seja pelas constituições historicamente construídas, a organização desse grupo perpassa por uma série de aspectos intrínsecos que pode haver divisão de perspectivas no seio do próprio grupo.

A terra, para comunidades quilombolas, não é apenas a “terra de trabalho” do assentado “sem-terra” (e nisto não vai nenhum julgamento de valor em relação ao sujeito real e de direito da Reforma Agrária). Para um “quilombola”, a terra precisa ser necessariamente um “território” que guarda profundos vínculos com a própria identidade e forma de viver dos sujeitos, evoca memórias de pertencimento àquele lugar específico e laços de suor e sangue com os ancestrais dos quais descendem, um território que faz parte da história do grupo, assim como o grupo faz parte da história daquele pedaço do planeta. (LEPRI, 2007, p. 21)

Justifica-se esse entendimento de negação e esquecimento quando analisamos o processo de auto reconhecimento do remanescente de Quilombos na comunidade Tabacaria, em que alguns componentes do grupo não se permitiram ser reconhecidos, tendo rompido com seus pares.

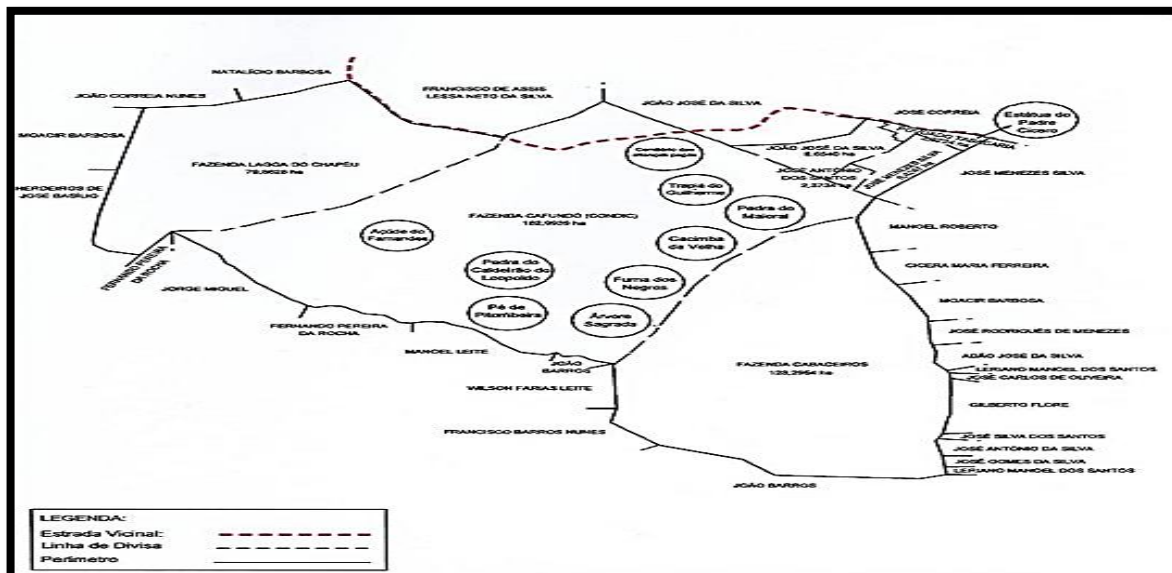


Foto 27: Processo de Autoidentificação do Tabacaria
Fonte: Cartografia da SR-22/INCRÁ Apud LEPRI, 2007.

De acordo com a imagem acima e o processo de autoidentificação da Tabacaria responde as reivindicações do povos quilombolas, De acordo com o laudo do processo, “são 40 famílias acampadas, outras tantas nos mocambos de telha da Povoado Tabacaria [...] que por muito antigos na terra não foram mexidos, mas que não podem legar esse direito a seus descendentes.” (PROCESSO DE AUTOIDENTIFICAÇÃO, 2005, p. 180) Documento elaborado e encaminhado à Fundação Cultural Palmares em 24 de agosto de 2005.

O discurso do movimento quilombola contemporâneo tem respaldo na legislação constitucional. No Decreto n. 4.887 reafirma o que já havia assegurado conquistas essenciais para o fortalecimento das lutas quilombolas. No ano de 2003, quando o Presidente Lula Inácio da Silva assume a presidências da República abre-se uma janela para os quilombolas continuar no enfrentamento por direitos sociais.

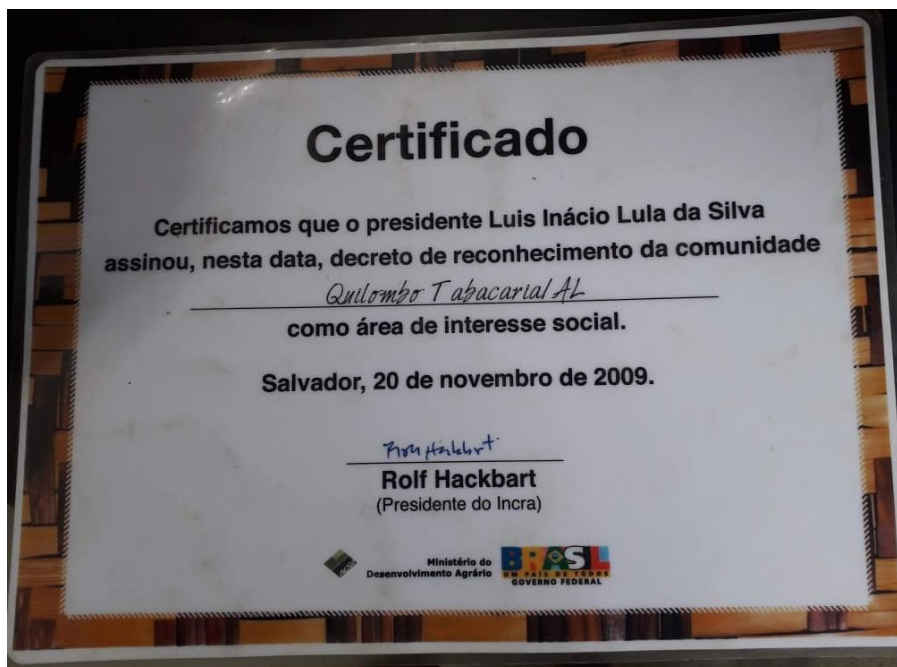


Foto 28: Certificado do Decreto de reconhecimento da Tabacaria
Fonte: Acervo do quilombola Amaro Feliz Filho, 2018.

O direito da posse de terras é relacionado à herança histórica e étnica do Quilombo dos Palmares. Observando a foto acima, exposta na parede da casa de Amaro Felix Filho, um dos integrantes do movimento na luta por direito a posse da terra na comunidade Tabacaria demonstra a concretização de uma significativa conquista. Representa a certificação do reconhecimento de direitos historicamente negados.

No governo Lula, as ações direcionadas para a promoção da cidadania para a população negra ganharam novo impulso com a criação em 2003 da Secretaria de Políticas de Proteção da Igualdade Racial (Seppir) [...]. (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p. 460)

Os remanescentes quilombolas da comunidade Tabacaria, no decorrer da sua historicidade, viveram à sombra da prestação de serviços aos fazendeiros, tido como donos das propriedades. Só no ano de 2005 teve emitida a sua Certidão de Autoreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, através do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2013.

Nesse decreto, consolida a regulamentação, identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas. O título de posse de domínio coletivo e pó-indiviso foi concedido à comunidade, sob o Número SR-22/001/2016, com 400,01ha em 20/11/2016.

The image shows two documents. The left document is a title deed from the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), titled 'TÍTULO DE TRANSMISSÃO DE DOMÍNIO COLETIVO E PRO PRÓPRIO'. It contains several sections: 'CARACTERÍSTICAS DO TÍTULO', 'IDENTIFICANTE', 'EXTENSÃO DESTINADA', 'FUNDAMENTO LEGAL', 'CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DO TERRENO', and 'RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS'. The right document is a 'TERMO DE RESPONSABILIDADE DA CRE' (Term of Responsibility of the CRE), which outlines the obligations of the community representatives, including financial management, accounting, and compliance with laws. It is signed by the community president and the INCRA representative.

Foto 29: Título da posse da terra coletiva da Tabacaria

Fonte: Acervo do Associação de Moradores da Tabacaria, 2028.

O processo de luta desde o começo das mobilizações até a consolidação da regulamentação, identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas são etapas de grandes resistências. O título de posse de domínio coletivo foi concedido à comunidade em 20 de novembro de 2016. Concomitantemente, as famílias passaram a receber do Governo Federal os benefícios de proteção social como bolsa família e bolsa escola, contribuindo para o mínimo de dignidade dos quilombolas. Em 13 de janeiro de 2017, as famílias remanescentes de quilombos receberam casas de alvenaria e cisternas.



Foto 30: Casa de alvenaria com cisterna
Fonte: Acervo pessoa da autora, 2018.

A analista em reforma e desenvolvimento agrário e antropóloga, Mônica Cavalcanti Lepri, em seu relato descreve que a nova identidade étnica da comunidade de Tabacaria pode ser considerada como um dos eventos que engendrou, quando ela descongela sua invisibilidade reivindicando os direitos de reconhecimento como remanescente de quilombo. (LEPRI, 2007) O espaço geográfico da comunidade quilombola da Tabacaria passa a representar na comunidade contemporânea um local de luta por direitos negados historicamente.

3.3 As políticas de proteção social

Compreende-se tal postura pelos valores negados, seja pelo estigma e discriminação e, principalmente, pelo direito a preservação ao seu patrimônio imaterial: seus cantos, suas danças, a religiosidade, ritos e crenças, o modo particular de viver, os vínculos estabelecidos com a terra, às memórias de lutas, conflitos e resistência. De acordo com um dos representantes mais antigos da comunidade, quando foi indagado se os moradores sabiam o significado de Quilombola, ele respondeu:

Nunca tinha ouvido falar em quilombola, mas veio uma doutora dizer que somos quilombola, que descendemos de Zumbi dos Palmares e que temos direito a um pedaço de terra. Daí começou toda a explicação de nossos direitos, e a gente começou a entender isso. (Gerson Paulino dos Santos, 2019)

Diante da fala do Senhor Gerson, percebe-se que as relações de trabalho são, de certa maneira, modificadas em relação à tomada de consciência da posse da terra. Seja através dos programas sociais implementados na comunidade, seja pela autonomia das tomadas de decisão com a labuta da lavoura, ou até mesmo, pelo resgate da auto identificação de pertencimento a uma etnia que, nesse momento, representa positivamente a existência e sobrevivência da comunidade.

A busca por uma identidade que se perdeu no decorrer da sua historicidade ressurgiu nas referências imateriais do patrimônio cultural. Nesse sentido, para justificar o pertencimento às referências das tradições afro-brasileiras, os quilombolas da comunidade passam a perceber nos traços mais peculiares de suas ações culturais, que até então, foram negadas pelo processo de desvalorização das suas referências ancestrais.

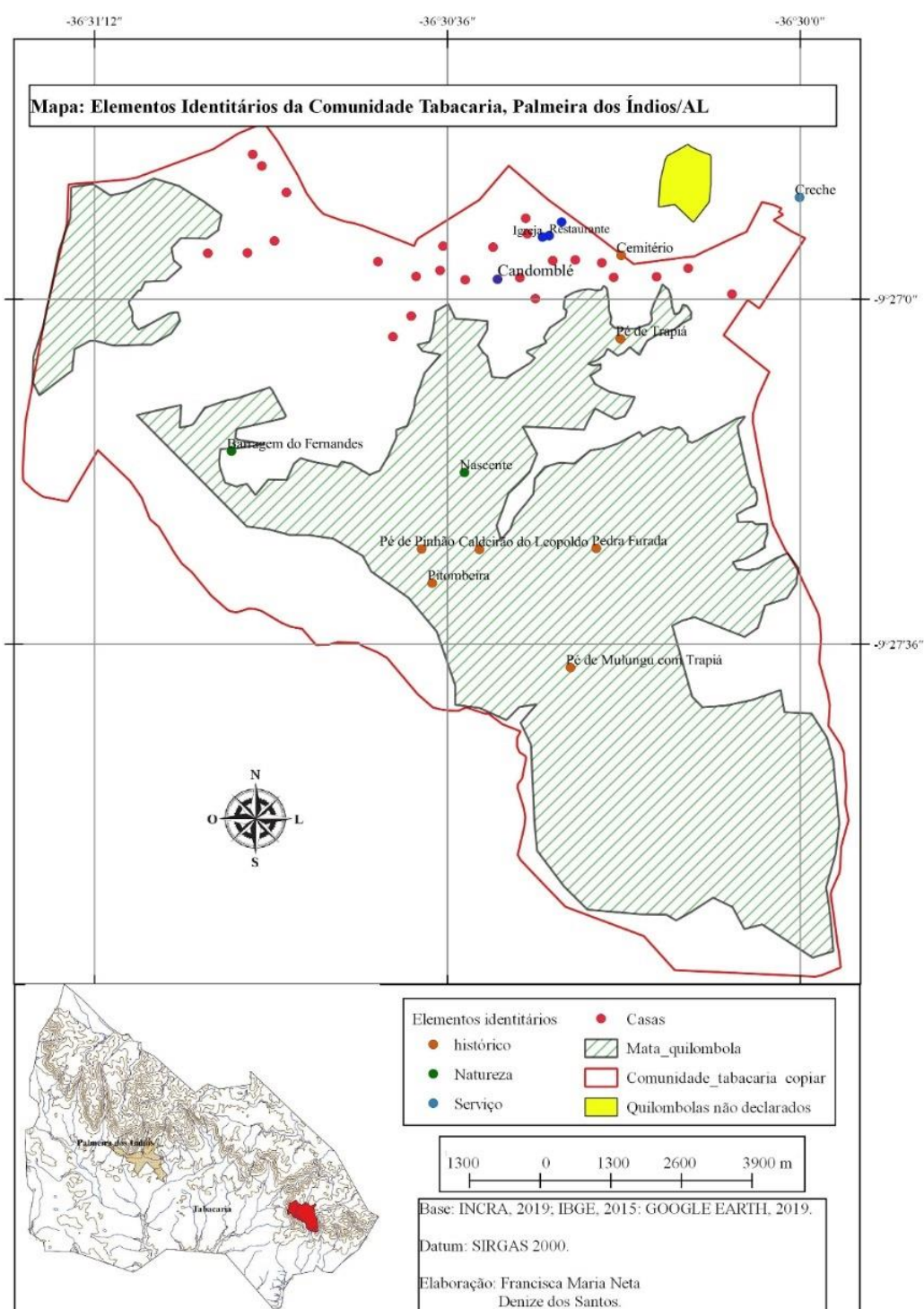


Foto 31: O horizonte da liberdade
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

O horizonte de liberdade, vista na imagem acima, retrata o sentimento de pertencimento ao território construído com suor e sangue no alvorecer de cada dia. Existem aspectos estruturais e imateriais presentes nas manifestações cotidianas.

A comunidade remanescente de quilombos Tabacaria apesar de mapeadas e reconhecida como quilombolas em Alagoas, ainda encontra-se desassistida de direitos fundamentais à moradia, saúde, assistência técnica e social pelo poder

público. Tal situação coloca em risco as conquistas efetivadas, correndo o risco de uma volta a invisibilidade das referências tradicionais e patrimoniais da Comunidade Tabacaria.

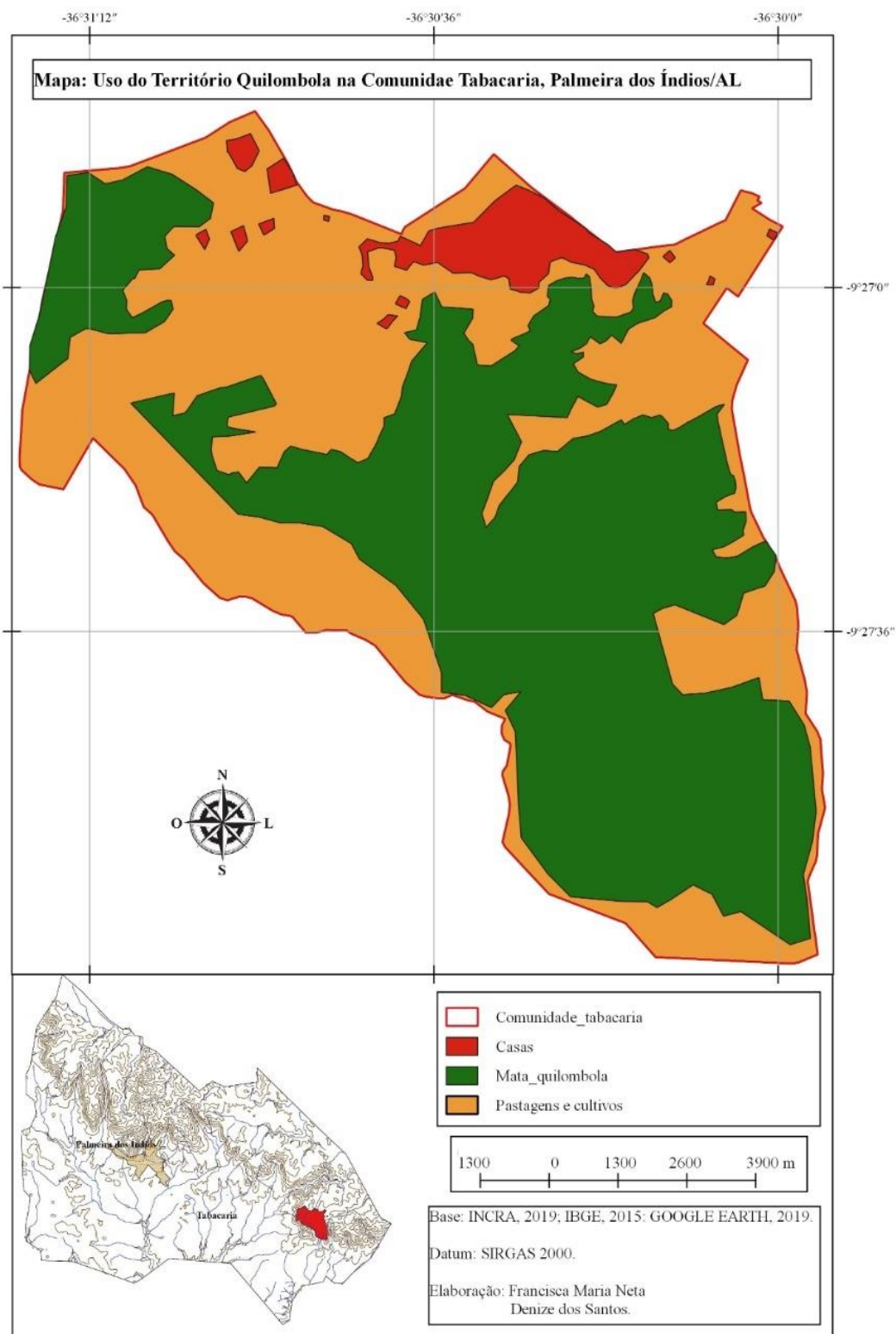


Mapa 06: Elementos Identitários da Comunidade Tabacaria, Palmeira dos Índios/AL
Fonte: IBGE, 2016, EMBRAPA, 2019, Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos, 2020.

Conforme o mapa 06, as casas dos quilombolas ficam um pouco distante uma da outra e ainda há um projeto para construção de 40 casas prometido pelo Governo Federal, mas que em 2016, com a saída da Presidenta Dilma Rousseff, o projeto foi engavetado. No momento de autoidentificação dos quilombolas, alguns moradores não quiseram ser cadastrado: apesar de serem quilombolas moram ainda em casas precárias e fora do território da comunidade.

O reconhecimento e a posse de terras são balizas legais, mas entre a reivindicação e a expedição do título existe um longo processo marcado por várias polaridades como silenciamento e afirmação, invisibilidade e imposição de presença, apropriação de discursos e construções identitárias.

Nesse contexto, mergulhar no universo dos quilombolas da comunidade Tabacaria, necessita de adentrar nas veredas do alto da serra onde habitam um povo descendente de escravos, que por um longo período, foi sucumbido aos mandos dos ditos donos da terra.



Mapa 07: O Uso do Território Quilombola na Comunidade Tabacaria, Palmeira dos Índios/AL

Fonte: IBGE, 2016, EMBRAPA, 2019, Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos, 2020.

No mapa 07 identificamos a divisão território coletivo da comunidade, espaços para construção das casas, pastagem para cultivo e preservação da quilombola.

Segundo seu Gerson, “hoje temos um pedaço de terra e tamos na boca do céu. Nossa vida melhorou muito.” (Gerson Paulino dos Santos, 2019) A posse da terra é coletiva, mas entre os moradores há uma organização interna. Eles têm criatório de gado, peixe e aves, além do plantio de feijão, milho e macaxeira. Há solidariedade entre os quilombolas; eles distribuem ente os pares o leite das vacas, hortaliças, peixes e demais produtos cultivado pelos eles.

Para compor a descrição histórica da referida comunidade, a proposta metodológica fundamenta-se em fontes documentais: levantamento de dados do IBGE¹ e INCRA², análise de documentos oficiais de cartórios, levantamento, catalogação e tratamento de imagens, fotografias e documentários e, fontes orais: entrevistas semiestruturadas com as principais lideranças e anciãos, observação de práticas como as danças, músicas, hábitos, costumes, linguagens e religiosidades, bem como, aspectos da tradição oral, história de vida e patrimônio material imaterial para dialogar com o quadro conceitual desta pesquisa.

Ser quilombola é a pessoa mesmo se identificar e se declarar [...] Quilombola é aquelas famílias que foram se espalhando e depois viram se juntando [...] Então a distância e a junção são quilombo [...]. Então a família que se junta, a família que se declara e permanece naquele meio como quilombola. (Elson Paulino dos Santos, 2019)

As comunidades quilombolas contemporâneas em Alagoas que viveram um longo período de invisibilidade, hoje estão identificadas no mapa das comunidades quilombolas em Alagoas. Dentre as comunidades identificadas, a comunidade quilombola Tabacaria foi a primeira a ser certificada e conquista do título de posse da terra.

Povoado Tabacaria foi a primeira comunidade no Estado de Alagoas que reivindicou seu reconhecimento oficial como quilombola. O quilombo contou com uma corajosa e dedicada iniciativa de jovens e adultos que pesquisaram e registraram as histórias contadas pelos mais velhos, confiando que, por meio dessa memória sobre a valentia e a resistência à escravidão pelos seus ancestrais, conseguiriam fazer ‘emergir a força de Palmares’ favorecendo sua luta atual. (ESTELA DA COSTA, 2015, p. 08 e 09)

A comunidade Tabacaria, apesar de representar a que se encontra em melhores condições, sobrevive basicamente dos programas sociais do Governo

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Federal, além do plantio de subsistência. Faltam-lhes recursos para manter as vestimentas que proporcionem uma divulgação digna perante a sociedade, a exemplo da confecção de vestimentas do reisado para os integrantes do grupo.

A análise sobre a maneira como os integrantes da Comunidade Quilombola Tabacaria percebem suas formas de manifestações culturais, seus hábitos e costumes e como estes estabelecem vínculos com o território habitado, considerando que tais percepções são os reflexos do seu cotidiano e das suas práticas enquanto construção coletiva.

CONCLUSÃO: algumas considerações

A história enquanto forma de conhecimento elaborado a partir de investigação, constitui uma representação do passado; um passado jamais transportado para o presente na sua totalidade, assim, a memória é a materialidade da representação do passado no presente.

A memória é constituída pelas flutuações do presente, pela constituição instaurada pela sociedade que vivencia a realidade no presente. Portanto, nem a história e nem a memória são capazes de dimensionar o passado na sua íntegra; um passado jamais transportado para o presente na sua totalidade, enquanto a memória é a materialidade da representação do passado no presente. No entanto, a memória e a história andam são indissolúveis para a compreensão humana.

As reflexões teóricas sobre a identidade, memória e território assumem uma importância fundamental na construção de saber. As explicações e posturas teórico-metodológicas do pensamento social de qualquer objeto de estudo, constituem uma postura política diante às mudanças que vão desde o âmbito econômico às práticas sociais, culturais e religiosas.

Para entender o contexto social das disputas políticas e socioculturais dos quilombolas contemporâneos foi necessário fazer um mergulho mais amplo do processo histórico do negro escravizado desde o Brasil colonial. Identificando a realidade dos remanescentes de quilombos na segunda metade do século XX e início do século XXI na diminuição da desigualdade social e discriminação étnica no Brasil.

O objetivo da pesquisa foi de compreender como os remanescentes de quilombo da Tabacaria se percebem enquanto sujeitos históricos e constroem suas identidades a partir das memórias de seus antecedentes escravizados e reivindicam um território negado.

Neste sentido, memórias coletivas e individuais dos quilombolas da tabacaria foram instrumentos necessários na construção de uma identidade coletiva para enfrentar a sociedade alagoana patrimonialista, preconceituosa e de privilégios para uma parcela privilegiada da sociedade atual que ainda está estruturada em valores conservadores.

Com a efetivação do Artigo 68 da Constituição de 1988 no período de 2003 a 2014, o estado de Alagoas se inserido no contexto nacional das políticas de

reparação de povos tradicionais afro-brasileiras. Certamente, as políticas públicas não foram suficientes para reparar as desigualdades construídas em 500 anos; as marcas da escravidão foram institucionalizadas pelo racismo estrutural e reproduzidas pela sociedade brasileira na atualidade.

A história do campesinato brasileiro tem sido assinalada por injustiças, violência e dor. A luta pela reforma agrária travada pelos trabalhadores rurais coincide com a luta por um território dos quilombolas. Os estigmas e preconceitos étnico fortaleceu a concentração por grupos sociais privilegiados no Brasil, consequentemente em Alagoas.

A formação social de Palmeira dos Índios, desde seus primeiros moradores foi identificada por um lugar de disputas de índios, negros e invasores portugueses. A distinção social dos palmeirenses é assinalada por uma identidade dividida, cindida, nos diversos aspectos que constituem a sociedade, seja econômicos, sociais, religiosos e culturais.

Os novos movimentos sociais da segunda metade do século XX, em especial o Movimento dos Sem Terra – MST foram fundamentais nas mobilizações políticas dos trabalhadores rurais. No processo de redemocratização, as reivindicações por direitos sociais, garantia de direito à posse de terra, proteção social e políticas públicas tiveram um papel fundamental na construção da Carta Magna de 1988.

O processo de reconhecimento, certificação e posse da terra pelos quilombolas da Tabacaria, apesar do respaldo legal da Constituição de 1988, só teve uma efetivação concreta a partir dos governos de Partido dos Trabalhadores, correspondente ao período de 2003 a 2014. Foi nesse período que os quilombolas foram beneficiados com aposentadoria, bolsa escola, construção de casas e cisternas, e outros benefícios sociais. Além da elevação da autoestima dos quilombolas em se orgulharem da sua etnicidade.

As comunidades remanescentes de quilombos na contemporaneidade devem ser levadas adiante como um compromisso na produção do conhecimento. Apesar do conceito de identidade apresentar um caráter fluido, faz-se necessário utilizá-lo para compreensão das memórias construídas pelos povos afro-brasileiros, assim como, entender como se procedeu a construção do reconhecimento a partir do processo histórico e das práticas e costumes vividos e reconstruídos pela comunidade Tabacaria.

Para entender as políticas socioculturais para as comunidades tradicionais de matriz africana é preciso mergulhar na história de um povo com uma lupa para ampliar a visibilidade. Os valores identitários estão presentes nas manifestações culturais, religiosas e dos saberes construídos; tais como, as danças, as cantigas, as rezas, as rodas de conversas, os causos, etc. No entanto, as práticas culturais que foram repassadas pelas gerações passadas, não são retomadas de forma tão rápida na Tabacaria.

O entendimento de que é ser quilombolas, um conceito elaborado e discutido nos espaços acadêmicos e apropriado pelos grupos políticos e partidários, não eram compreendidos pelos povos negros, tanto rurais quanto urbanos. Os negros sentiam na pele e compreendiam a discriminação racial, a desigualdade social e a violência física e simbólica. Se assumir enquanto quilombola, no processo de autoidentificação foi imensuravelmente doloroso, pois as lembranças do passado eram compadecidas de sujeitos escravizados.

No processo de mobilização, autoidentificação, certificação e posse da terra dos quilombolas da Tabacaria, algumas remanescentes não tenham se juntado ao grupo que enfrentou os fazendeiros da região, a elite local e os governos municipal, estadual e federal; negação explicada pelo medo do enfrentamento e auto baixa estima construída historicamente.

Entretanto, este sentimento de divisão não foi estimulado pela comunidade e a relação entre os pares é amistosa e solidária. Os quilombolas que não foram beneficiados pela posse da terra, casa, cisternas e auxílios sociais são acolhidos pelos contemplados. Juntos lutam pela construção casas, cisternas, escolas, postos de saúde para todos remanescentes. Assim, a constatação das políticas de reparação e de direitos sociais e proteção social dos povos quilombolas não foram suficientes.

O caminho até então percorrido demonstra que ainda existe uma longa estrada a ser atravessada. No entanto, as políticas de distributivas de proteção social não alcançaram as camadas sociais menos favorecidas não são suficientes para proporcionar os direitos constitucionais e garantia de qualidade de vida. Principalmente ao que se refere aos povos de tradições culturais de matriz afro-brasileiros. A consolidação da cidadania está ainda atrelada a muitas disputas, sejam elas simbólicas ou físicas.

O caminho da liberdade ainda é uma vereda espinhosa....

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **Quando o campo é patrimônio**. Rio de Janeiro: Seminário promovido pelo CPDOC e LAH/IFCS/UFRJ, 25 e 26 de novembro de 2004.

ALAGOAS. Carta Corografica de 1893 do Estado de Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas.

In: <http://dados.al.gov.br/dataset/c2c521da-dc0b-4943-b517-0ac247041865/resource/daf478df-ab62-4481-adb8-7c0148b44e4c/download/imagem1historico.jpg>

Acessado: 20 de março de 2019.

ALAGOAS. Mapa da Mesorregiões do Estado de Alagados. Planejamento, Gestão e Patrimônio - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoa

In: <http://www.seplag.al.gov.br/mapas-de-alagoas>.

Acessado: 20 de março de 2019.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.

AMORIM, Helder Remigio de. **Entre a mercearia e o supermercado**: memórias e práticas comerciais. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

ARAÚJO, Zezito. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2019**. Zezito de Araújo – Professor aposentado da UFAL, militante do Movimento Negro de Alagoas e Secretário de Governo da Proteção das Minorias no período de 2001 a 2005.

ARAÚJO, Zezito. **Foto o futuro das crianças quilombolas**. Maceió: Acervo pessoal de Zezito Araújo, 2019.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambos**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2006.

BARROS, Ivan. **Simão Dias**: o escravo e o sonho de liberdade. Palmeira dos Índios: Impresso no Brasil, 2018.

BARROS, Ivan. **Abrindo a janela do tempo: memória e história**. Alagoas: Editora Graciliano Ramos, 2006.

BRASIL. Processo de Autoidentificação do Povoado Tabacaria em Palmeira dos Índios. Fundação Cultural Palmares, Brasília, 24 de agosto de 2005.

BRASIL. Foto do Processo de Autoidentificação do Tabacaria, In: Processo de Autoidentificação do Povoado Tabacaria em Palmeira dos Índios. Fundação Cultural Palmares, Brasília, 24 de agosto de 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8 Ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CABRAL, Míriam de Lima; MARIA NETA, Francisca. A cidade em imagens: história e memória da rua José Pinto de Barros no acervo de Luiz Byron Torres em Palmeira dos Índios/AL. In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Fragmentos da História de Alagoas**: cultura, memória e patrimônio. Recife: Libertas, 2019.

CABRAL, Miriam de Lima. **Foto da Estação de Trem de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios**: Acervo Pessoas de Míriam de Lima Cabral, 2018.

CABRAL, Miriam de Lima. **Foto da Casa Museu Graciliano Ramos Palmeira dos Índios**: Acervo Pessoal Míriam de Lima Cabral, 2018.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO. Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 2. ed. Maceió: Grafitex, 1982.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

COMUNIDADE TABACARIA. **Foto da banda de pífano**. Disponível em: <https://www.facebook.com/turismoquilombotabacaria/> Acessado em: 12 de janeiro de 2020. (Fotografia Collor)

COSTA, Joseane Santos. **Um estudo sobre a comunidade de remanescentes quilombolas Tabacaria**: território e memória. Palmeira dos Índios: Curso de História (trabalho de Conclusão de Curso), UNEAL: Palmeira dos Índios, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DUARTE, Abelardo. **As Alagoas na guerra da independência**. Maceió: Arquivo Pulico de Alagoas/Gráfica da Editora Universitária Federal de Pernambuco, 1974.

ESTELA DA COSTA, Ana Carolina. **Comunidade quilombola Povoado Tabacaria**. Belo Horizonte: NUQ/FAFICH: OJB/FAFICH, 2015.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FILHO, Amaro Felix. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2020**. Amaro Felix Filho – Ex presidente da Associação de Moradores da Tabacaria.

FILHO, Amaro Felix. **Foto do Certificado do Decreto de reconhecimento da Tabacaria**. Palmeira dos Índios: Acervo do quilombola Amaro Feliz Filho, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social**. São Paulo: Claro e Enigma, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma (Coleção Agenda Brasileira), 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/Remanescentes de quilombos. In: SCHWARC, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as Culturas como Patrimônio. Porto Alegre: **Horizontes Antropológicos**, ano 11, n. 23, jan/jun 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. In: CHUVA, Márcia (org.). **História e patrimônio**. Brasília: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34, 2012.

GUSMÃO, Neusa Maria M. Caminhos Transversos: Território e Cidadania Negra In: O'Dwyer, Eliana C. (Org) **Terra de Quilombos**. Edição ABA- Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro, 1995 p. 61-78.

IVANI. **Primeira comunidade quilombola reconhecida em Alagoas sofre descaso pelo poder público**. Jornal Tribuna do Sertão, 20 de agosto de 2014. In: <https://www.tribunadosertao.com.br/2014/11/primeira-comunidade-quilombola-reconhecida-em-alagoas-sofre-descaso-do-poder-publico/> Acessado: 15 de agosto de 2017.

JORNAL. O Índio. **Foto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos**. Jornal – O Índio. Ano II, num. 52, 1921 (Acervo Bayron Torres – GHPIAL/UNEAL), 2019.

JORNAL. Folha da Manhã. **Foto de Palmeira dos índios quer ter ferrovia**. Palmeira dos Índios: Jornal Folha da Manhã, 31/1/1931 (Acervo do GPIAL/UNEAL), 2019.

JORNAL. O Bandeirante. **Foto de Xangô em Palmeira dos Índios**. Palmeira dos Índios, 25 de janeiro de 1970, nº 11, ano II (Acervo do GHIAL/UNEAL), 2019.

JORNAL. Tribuna do Sertão. **Foto Casa de Taipa**. Palmeira dos Índios: Tribuna do Sertão, 2014.

JORNAL. **Jornal Tribuna do Sertão**: Palmeira dos Índios: Jornal Tribuna do Sertão, 20 de novembro de 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2011.

HALL Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARTOG, François. **Regimes de historicidades**: presentismo e experiências do tempo. Trad. Andréa Souza de Menezes *et all*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção História e Historiografia)

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura (coord.). **Territórios quilombolas**: reconhecimento e tutelação de terras. Boletim Informativo NUER/ Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas- v.2, n. 2-Florianópolis, NUER/ UFSC, 2005.

LEPRI, Mônica Cavalcanti. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo do Povoado Tabacaria**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Palmeira dos Índios, 2007.

LIMA, Maria da Penha Barbosa; MARIA NETA, Francisca. Entre arrumar e desarrumar das bancas: como se faz uma feira livre? In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Fragmentos da História de Alagoas**: cultura, memória e patrimônio. Recife: Libertas, 2019.

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola**: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: EDUFAL, 2011.

LINDOSO, Dirce. **O grande sertão**: os currais de boi e o índio de corso. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2011.

LONDRES, Cecília. Preferências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de Aplicação. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

MARIA NETA, Francisca; BEZERRA, Deisiane da Silva. A História do Cinema no Município de Palmeira dos Índios e sua ressignificação na atualidade: uma leitura da contribuição do cinema na construção do conhecimento histórico. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, Natal/RN**, 22 a 26 de julho de 2013.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize dos. O ensino do processo de formação territorial de Alagoas através da cartografia histórica. **Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis/RJ, 25 a 28 de nov. 2013.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize. Mapa do Deslocamento dos Quilombolas da Serra da Barriga até a Comunidade Tabacaria. Palmeira dos Índios: **IBGE**, 2016, EMBRAPA, 2019, (Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize. Mapa dos Territórios Quilombolas no Estado de Alagoas – 2019. Palmeira dos Índios: **IBGE**, 2016, EMBRAPA, 2019, (Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize. Mapa da Localização da Comunidade Tabacaria no Município de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios: **IBGE**, 2016, EMBRAPA, 2019, (Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize. Mapa dos Elementos Itentitários da Comunidade Tabacaria, Palmeira dos Índios/AL. Palmeira dos Índios: **IBGE**, 2016, EMBRAPA, 2019, (Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize. Mapa do Uso do Território Quilombola na Comunidade Tabacaria, Palmeira dos Índios/AL. Palmeira dos Índios: **IBGE**, 2016, EMBRAPA, 2019, (Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize dos; RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos. Populações considerada em relação às profissões Parochia de N. S. do Amparo da Palmeira dos Índios. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Província de Alagoas. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf Acesso em: 20 de janeiro de 2020. (Elaborado por Francisca Maria Neta, Denize dos Santos e Yuri Franklin dos Santos Rodrigues), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize dos; RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos. Quadro geral da população da Parochia de N. S. do Amparo da Palmeira dos Índios. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Província de Alagoas. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf Acesso em: 20 de janeiro de 2020. (Elaborado por Francisca Maria Neta, Denize dos Santos e Yuri Franklin dos Santos Rodrigues), 2020.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos quilombos**: territórios de memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Tiago Barbosa. **Mata da Cafurna: ouvir memórias, contar histórias – tradição e cultura do Povo Xucurú-Kariri**. Maceió: Edições Catavento, 208.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil** (Org.). Maceió: EDUFAL, 2001.

NASCIMENTO, Maria dos Santos. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2019**. Maria dos Santos Nascimento – mãe de sando do Candomblé na Tabacaria.

NEVES, Mary Hellen Lima das. **Os Índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no semiárido alagoano (1979 a 2016)**. Programa de Pós Graduação em História da UFAL (Dissertação de Mestrado), Maceió, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**. São Paulo, (10), dez. 1993.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS. **Foto da Barracos de Iona**. Acervo da Associação de Moradores da Tabacaria, 2017.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS. **Foto do Título da posse da terra coletiva da Tabacaria**. Acervo do Associação de Moradores da Tabacaria, 2028.

PACHECO, Ricardo de Aguar. O patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador. Dossiê: ensino de história, patrimônio e memória. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História – UNICAP**, V. 4, N. 7, 2017.

PARANHOS, Aline de Freitas Lemos. **Foto da A presença Negra no Museu Xucurus**. Palmeira dos Índios: Acervo Pessoal de Aline de Freitas Lemos Paranhos, 2017.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Karirinos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. João Pessoa: Programa de Pós Graduação em antropologia da UFPB (Dissertação de Mestrado), João Pessoa, 2013.

PEIXOTO, José Adelson Lopes; MARIA NETA, Francisca. Palmeira, de quem? Formação e emancipação de Palmeira dos Índios-Al. **Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A interdisciplinaridade da História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura**. Delmiro Gouveia/AL. Publicado em 08/01/2019.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

POLLAK. Michael. **Memória e identidade social**. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAMOS, Graciliano. **Relatórios de Graciliano Ramos publicados no Diário Oficial.** Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

RÁDIO. Rádio Sampaio. **Foto da Barragem da Aldeia Indígena Mata da Cafurna.** Palmeira dos Índios: Assessoria da Rádio Sampaio de Palmeira dos Índios, 12 de julho de 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática. 1993. (Série Temas – Volume 29 Geografia e política)

ROCHA, Liliane Santos da. **Remanescentes quilombolas da comunidade Tabacaria: história e memória.** Curso de História da UNEAL/CAMPUS III (Monografia de Graduação), Palmeira dos Índios, 2019.

ROCHA, Liliane Santos da. **Foto de Dona Vicentina na luta pelo reconhecimento.** Palmeira dos Índios: Acervo Pessoal de Liliane Santos da Rocha, 2019.

ROMERO, Henrique. **Foto do Cristo Redentor na Serra do Goití,** Maceió: Alagoas na Net, (Henrique Romeiro / Assessoria), 20 de agosto de 2019.

SAMUEL, Rafael. História Local e história oral. IN: **Revista Brasileira de História.** São Paulo V. 9 N. 19, pp. 219-243 set.1989/fev.1990.

SENA, Franciele Roberta Rocha; **A Presença negra no Museu XUCURUS: da visibilidade à invisibilidade em Palmeira dos Índios/AL.** Curso de História da UNEAL/CAMPUS III (Monografia de Graduação), Palmeira dos Índios, 2019.

SANTOS, Elson Paulino dos. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2019.** Elson Paulino dos Santos – Presidente da Associação de Moradores da Tabacaria.

SANTOS, Gerson Paulino dos. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2013.** Gerson Paulino dos Santos – quilombola da Tabacaria.

SANTOS, Gerson Paulino dos. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2019.** Gerson Paulino dos Santos – quilombola da Tabacaria.

SILVA, Aloísio Caetano. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2010.** Aloísio Caetano da Silva – Presidente da Associação dos Agricultores da Tabacaria.

SILVA. Maria Bernadete Lopes da. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2020.** Maria Bernadete Lopes da Silva – Diretora do Proteção do Patrimônio Afro Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, no período de 2003 a 2008.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. **Território, poder e múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos: narrativa e memória como mediação na construção do território dos povos tradicionais.** Aracaju: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo (Tese de Doutoramento), UFS: Aracaju, 2010.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. Comunidade de remanescentes de quilombos da Tabacaria: um território em construção. ALMEIDA, Luiz Sávio; LIMA, José Carlos da; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas.** Maceió: Edufal, 2013.

SILVA, João Paulo Omena. **Entre o soar dos sinos e o apito do trem: modos de pensar o Museu Xucurus de Palmeira dos Índios/AL.** Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Dissertação de Mestrado), Maceió, 2017.

SILVA, Larissa Wênia Nicácio da. **Histórias da escravidão e comércio de gente em Palmeira dos Índios – AL (1878 a 1887).** Curso de História da UNEAL/CAMPUS III (Monografia de Graduação), Palmeira dos Índios, 2018.

SILVA, Maria Roberta Guerra da. **Entre o vivido e o resignificado: Estação Ferroviária de Palmeira dos Índios.** Curso de História da UNEAL/CAMPUS III (Monografia de Graduação), Palmeira dos Índios, 2019.

TEIXEIRA, Luana. **Para além da “pedra e caco”:** o patrimônio arqueológico e as igaçabas de Palmeira dos Índios, Alagoas. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dissertação de Mestrado), Rido de Janeiro, 2012.

TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós – Graduação em História, Recife, 2016.

TORRES, Luiz B. **A terra de tilixi e txiliá:** Palmeira dos Índios nos séculos XVIII e XIX. Serviço Gráfico de Alagoas S.A. (SERGASA), 1975.

TORRES, Luiz Barros; BRANCO, José Delfim da Mota. **Bandeira de Palmeira dos Índios - 1966.** Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPIAL, 2020.

TORRES, Luiz Barros. **Tilixi e Txiliá – lenda da fundação da cidade de Palmeira dos Índios. 1971.** Disponível no acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPIAL, 2020.

TORRES, Luiz Byron. **Cronologia do escritor Luiz B. Torres. [199-].** Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPIAL, 2020.

VAZ, Alexandre Cambraia N. **Foto da Assembleia de Regularização do Território – 2006.** ESTELA DA COSTA, Ana Carolina. Comunidade quilombola Povoado Tabacaria. Belo Horizonte: NUQ/FAFICH: OJB/FAFICH, 2015.

VISCARDI, Cláudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova**

República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 447-477 (O Brasil Republicano)

VOESE, Ingo. **O movimento dos sem-terra na imprensa:** um exercício de análise do discurso. Ijuí: Uninjuí, 1997 (Coleção Ciências Sociais)

VOGT, Gabriel Carvalho. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como instrumento de reparação: território, identidade e políticas de reconhecimento. In: **O Social em Questão**. Ano XVII - nº 32 – 2014.

WOODWARD, Kathyn. Identidade e diferença: uma introdução teoria e econômica. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed., Petrópolis: Rio de Janeiro, 2014

RELATÓRIO TÉCNICO - DOCUMENTÁRIO

TABACARIA

Produto técnico em formato de Documentário apresentado como requisito complementar para a conclusão do Curso de Mestrado Profissional em História do Programa de Pós-Graduação em História da UNICAP.

Orientador: Prof. Dr. Flavio José Gomes Cabral

JUSTIFICATIVA

No processo de formação de Alagoas, a conquista territorial para o estudioso Dirceu Lindoso está vinculada a três importantes fatores por ele defendidos: “a criação do Quilombo de Palmares, o início da conquista do sertão e a implementação de uma sociedade tutelada formada pelas *plantations* açucareiras” (LINDOSO, 2011, p.19). Foi, portanto, nesse espaço hostil que Alagoas fundou-se enquanto território independente no Século XVII.

A história dos quilombos, principalmente a criação do Quilombo de Palmares está ligada à construção de uma sociedade que foge da tutela escravista em busca de uma organização instituída a partir de valores étnicos independentes. Os embates na formação de Alagoas estão presentes desde seus primórdios até sua consolidação, sejam por índios, negros ou europeus. Nesse panorama, as conquistas territoriais e a luta pelo direito à terra são fatores que impulsionam as disputas entre os interesses divergentes dos povos, sejam tradicionais ou contemporâneos.

As comunidades remanescentes de quilombolas adquiriram visibilidade na segunda metade do Século XX, principalmente a partir da promulgação da Constituição de 1988. O reconhecimento e a posse de terras são balizas legais, mas entre a reivindicação e a expedição do título existe um longo processo marcado por várias polaridades como silenciamento e afirmação, invisibilidade e imposição de presença, apropriação de discursos e construções identitárias. É nesse conjunto de dualismos que encontramos o mote para esta pesquisa.

Justifica-se este trabalho pela necessidade de identificar as formas pelas quais os moradores daquela comunidade utilizaram mecanismos de visibilidade perante o Estado e a sociedade para se identificarem como comunidade tradicional e, dessa forma, fazer jus ao reconhecimento étnico e desfrutar dos benefícios a ele inerentes. Portanto, a compreensão da comunidade sobre o seu processo de territorialização e sua historicidade será imprescindível para entendermos como se dão as suas práticas identitárias em consonância com suas memórias e seus patrimônios.

METODOLOGIA

O percurso metodológico consistirá no uso de procedimentos técnicos implementados a partir da pesquisa historiográfica, de caráter qualitativo, baseado na história oral, documental, imagética e na pesquisa de campo de caráter antropológico. O uso da história oral como procedimento metodológico e técnico de investigação tem crescido consideravelmente nas pesquisas históricas, principalmente quando se tratam que uma história não documentada.

A investigação parte de pesquisa em museus, biblioteca pública, jornais e arquivos existentes no município. A análise será tanto qualitativa quanto quantitativa, através de aplicação de questionários, entrevistas e observação direta que servirão de instrumento para o mapeamento do patrimônio cultural na obtenção de compreender a significação da identidade e a memória social.

PÚBLICO ALVO

Patrimônio Material (Universidades, Escolas Públicas, Museus, lugares de memórias, ONG, etc.) e Patrimônio Imaterial (manifestações artística e cultural, Folgado e Danças).

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROPOSTA

Povoado Tabacaria, zona rural do município de Palmeira dos Índios-AL

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Universidade Católica de Pernambuco – **UNICAP**

Universidade Estadual de Alagoas – **UNEAL**

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que a conclusão da investigação dar-se-á com a produção de um Documentário de caráter pedagógico como instrumento complementar nas atividades em sala de aula. A construção fílmica e imagética será de fundamental importância na divulgação da cultura alagoana nos espaços educacionais e sociais, assim como, a valorização patrimonial e imaterial da cultural local.

PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA

Projeto de Pesquisa: Francisca Maria Neta

Diretor: Pedro da Rocha

Produtora Executiva: Vera Rocha Oliveira

Produção: Francisca Maria Neta

Roteiro: Francisca Maria Neta e Pedro da Rocha

Fotografia/Câmera/Drone: Jorge Claudino

Primeiro Assistente de Câmera: Anselmo Fofinho Lopes

Segunda Assistente de Câmera e Operador: Junior Calheiros

Montagem e Finalização: Pedro da Rocha

FOTOS DA EQUIPE DE FILMAGEM

